

JOÃO CARLOS DA SILVA

**EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1999-2003):
Recrutamento, Ascensão e Trajetória Política**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21/03/2002

BANCA

Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues (orientador)

Prof.(a). Dr.(a).

Prof.(a). Dr.(a).

Prof.(a). Dr.(a).

(suplente)

MARÇO/2002

UNIDADE 30
CHAMADA SI38e
EX
OMBO DCI 49000
ROC 16-837102
DX
REÇO R\$ 11,00
ATA 15/05/02
CPD

2

CMO0167284-1

B ID 240124

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Silva, João Carlos da

Si38e

**Empresários na Câmara dos Deputados (1999-2003) :
recrutamento, ascensão e trajetória política / João Carlos da Silva.
- Campinas, SP : [s.n.], 2002.**

**Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

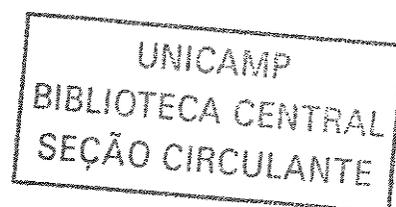
1. Empresários. 2. Poder legislativo. 3. Partidos políticos.
4. Políticos – Recrutamento. I. Rodrigues, Leôncio Martins.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

à Francisca Maria de Melo (*in Memoriam*)

à minha esposa Liene

a meus pais, Francisco e Josefa.

TS CRV 008



RESUMO

O objetivo dessa dissertação é a análise do grupo empresarial na Câmara dos Deputados, em sua 51ª legislatura (1999-2003). A hipótese principal é que os empresários se diferenciam dos demais segmentos sócio-profissionais existentes na Câmara, no que diz respeito ao tipo de carreira política exercida pelo grupo empresarial até a ascensão à CD (carreira política mais curta), e aos recursos utilizados para o ingresso na vida política. Mas, como se sabe, o grupo empresarial não é um grupo homogêneo. Por essa razão, são abordadas as distinções internas do grupo empresarial, destacando-se duas principais variáveis: uma, que se relaciona com o tipo de atividade empresarial (urbana, rural ou mista) e outra, que se relaciona com o Estado de onde provem o parlamentar, o que introduz, na análise, o fator regional. Na verdade, esse ponto vincula-se com as diferenças na composição social das bancadas tais como a dimensão patrimonial dos empresários; com a idade de ingresso no meio político; os tipos de trajetórias seguidas até a ascensão à CD e com os recursos utilizados para o ingresso e progressão na carreira política empresarial.

ABSTRACT

The objective of this dissertation it is the analysis of the undertaking group at the Chamber of Deputies on it's 51st legislature (1999-2003). The principal hypothesis is that the undertakers make themselves different of the other segment already existent at the chamber, talking about the kind of politic career done by the undertaking group until the ascension at CD (shortest politic career), and to resorts used to get into the politic life. But as it's known, the undertaking group is not an homogeneous group. On that score, are talked about the intern distinction of the principals changeable: one that's about the undertaking activity (urban, country or mixture), and other about the state where the parliamentary comes from what introduces, in the analysis, the regional factor. Indeed, this point link to the difference in the social composition on the patrimonial dimension of the undertakers; with the age to get into the politic career; the kind of trajectories followed until the ascension at CD, and with the resorts used to get in and progression in the politic under taking career.

AGRADECIMENTOS

O término dessa dissertação de mestrado abre a possibilidade de se realizar um balanço sobre o caminho trilhado até então e aparar as possíveis arestas deixadas, no sentido de aperfeiçoar futuros trabalhos sobre o tema em questão. Por outro lado, traz também a oportunidade de agradecer a todos aqueles que colaboraram de forma significativa para a realização desse trabalho.

A Maria Liene, minha esposa, agradeço pela compreensão e carinho a que vem me dedicando durante uma década e que me estimulam de forma existencial e espiritual. Por outro lado, as nossas afinidades se estendem ao plano profissional, o que me proporcionou poder contar com sua eficiente colaboração na organização dos dados e revisões do texto.

À amiga Maria Teresa Miceli Kerbauy agradeço pelo incentivo que me possibilitou, em tempos de graduação, enveredar pelos caminhos da pesquisa acadêmica.

A Leôncio Martins Rodrigues, orientador e amigo, agradeço a gentileza de por à minha disposição o banco de dados utilizado no desenvolvimento dessa dissertação. Nos últimos anos, estabelecemos um fecundo convívio, sempre pautado pelo diálogo franco e pela liberdade de posições. Seus exemplos de profissionalismo e dedicação à atividade científica enriqueceram meu aprendizado e se constituem em uma referência a todos aqueles que almejam desenvolver uma carreira científica sólida.

Aos colegas do Departamento de Ciência Política, Maria De Lourdes Malta Serra e Alcebiades Rodrigues Júnior, agradeço o carinho com que sempre esclareceram todas as minhas dúvidas sobre os trâmites burocráticos para a organização de minha vida acadêmica na UNICAMP.

As conclusões e possíveis falhas de interpretação e análise contidas neste texto são integralmente de minha responsabilidade.

INDÍCE

Resumo	5
Agradecimentos	7
Introdução	11
Capítulo I - AS FORMAS DE ASCENSÃO NA POLÍTICA: RECRUTAMENTO ENDÓGENO E RECRUTAMENTO LATERAL	25
Capítulo II - OS EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	35
1 – Empresários por Partidos	38
2 – Os dados: critérios de análise	40
Capítulo III - RADIOGRAFIA DO GRUPO EMPRESARIAL	47
1 – Profissões empresariais de acordo com o setor de atividade: urbano, rural e misto	49
2 – Empresários urbanos, rurais e mistos	51
3 – A dimensão patrimonial	54
4 – Pequenos, médios e grandes empresários	58
4.1 – Os dados	59
5 – Conclusão	67
Capítulo IV – Empresários por região e partido	73
1 – A contribuição parlamentar dos empresários	76
2 – Perfil dos empresários ingressantes	78
3 – Conclusão	82
Capítulo V - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS EMPRESÁRIOS	85
1 – O ingresso no campo político a partir da Câmara dos Deputados	87
1.1 – Ingresso direto na Câmara por idade de entrada na vida política e por patrimônio	89
1.2 – Idade de ingresso na vida política e patrimônio	92
2 – Cargos eletivos e trajetória política dos empresários até a ascensão à Câmara dos Deputados	95
2.1 – Os cargos eletivos por região	100
3 – O primeiro cargo eletivo dos empresários e sua trajetória política de acordo com a faixa etária de ingresso no campo político	102
3.1 – O 1º cargo eletivo dos empresários	103
3.2 – A longevidade da carreira política até a CD	105
4 - Conclusão	107
Capítulo VI - OS RECURSOS PARA O INGRESSO NA VIDA POLÍTICA	111
1 - Idade de ingresso na política e recursos utilizados para a entrada na classe política	114
2 – Recursos de ingresso na política por região	117
Considerações Finais	121
Bibliografia	127
Tabelas e Quadros	
Tabela I - Ocupações/profissões por partido	14
Tabela II – Distribuição Intrapartidária do Patrimônio	15
Tabela III - Ocupações/profissões empresariais por setor de atividade: urbano, rural e misto	50
Tabela IV – Representação política do PPB, do PFL, PMDB e do PSDB na Câmara dos Deputados	74
Tabela V – Representação empresarial sobre a bancada regional do PPB, do PFL, do PMDB e do PSDB na Câmara dos Deputados	75
Tabela VI – Número de empresários ingressantes sobre o número de cadeira	

obtidas na eleição de 1998 por partido e região	76
Tabela VII – Cargos eletivos exercidos pelos empresários antes de ingressarem na Câmara dos Deputados	95
Tabela VIII – Distribuição intra-regional dos Cargos eletivos exercidos pelos empresários antes do ingresso na CD	101
Tabela IX – 1º Cargo eletivo exercido pelos empresários por faixa etária	104
Tabela X – 1º cargo eletivo obtido pelos empresários de acordo com a faixa etária	104
Tabela XI – Tempo para conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo	105
Tabela XII – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por faixa etária de ingresso na política	106
Tabela XIII – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por tipo de cargo ocupado	106
Tabela XIV – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por tipo de cargo ocupado	115
Tabela XV – Recursos utilizados para o ingresso no meio político Por Região	118
Quadro I - Empresários na CD: Brasil – 1945-1999	36
Quadro II – Grupo empresarial na Câmara dos Deputados	44
Quadro III – Atividades empresariais (urbana, rural e mista) por Região	51
Quadro IV – Atividades urbanas, rurais e mistas por Partido (análise horizontal)	52
Quadro V – Distribuição dos segmentos empresariais	55
Quadro VI – Pequenos, médios e grandes empresários por Região	58
Quadro VII – Tipo de atividade: pequenos, médios e grandes empresários	59
Quadro VIII – Empresários não originários do Estado pelo qual se elegeram para essa 51ª legislatura da CD	60
Quadro IX – Escolaridade: pequenos, médios e grandes empresários	62
Quadro X – Idade de ingresso no meio político: pequenos, médios e grandes empresários	63
Quadro XI – Recursos para o ingresso no meio político: pequenos, médios e grandes empresários	64
Quadro XII – Pequenos, médios e grandes empresários por Partido	66
Quadro XIII – Empresários ingressantes: experiência política prévia à CD	78
Quadro XIV – Empresários ingressantes: desenvolvimento de atividade partidária antes do ingresso na CD em 1998	79
Quadro XV – Filiações partidárias antes do ingresso no atual partido pelo qual se elegeu	80
Quadro XVI – Tempo de filiação partidária na agremiação, pela qual foi eleito em 1998	81
Quadro XVII – Experiência política antes do ingresso na CD	87
Quadro XVIII – Empresários que ingressaram diretamente na Câmara dos Deputados por Legislaturas	88
Quadro XIX – Deputados federais que ingressaram diretamente na Câmara dos Deputados por Legislaturas	88
Quadro XX – Idade de ingresso na vida política dos empresários que elegeram direto para a Câmara dos Deputados	se 92
Quadro XXI – Empresários que ingressaram diretamente na CD: ingresso na vida política por Patrimônio	Idade de 93
Quadro XXII – Empresários que ingressaram diretamente na CD: vida política por Patrimônio	Idade de ingresso na 94
Quadro XXIII – Tipo de trajetória política dos empresários que ocuparam cargos executivos após o primeiro exercício de mandato na Câmara dos Deputados	99
Quadro XXIV – Número de legislatura na CD dos empresários que ocuparam cargos executivos e que tem permanecido na CD	100

INTRODUÇÃO

O tema que constitui o objeto dessa dissertação de mestrado é a análise do grupo empresarial na Câmara dos Deputados, em sua 51ª legislatura (1999-2003).

A hipótese dessa dissertação é que os empresários se diferenciam dos demais segmentos sócio-profissionais existentes na Câmara, no que diz respeito ao tipo de carreira política exercida pelo grupo empresarial até a ascensão à CD, geralmente uma carreira política mais curta, e aos recursos utilizados para o ingresso no meio político.

Os principais recursos utilizados pelos empresários são os vínculos políticos familiares, o exercício de cargos no governo em razão de ligações políticas e a direção de sindicatos ou associações patronais.

O tipo de carreira política apresentada pelo grupo empresarial, assim como a utilização dos recursos de ingresso no meio político indicados acima, possui alguma relação com a profissão empresarial, dado que diferencia os empresários dos demais segmentos ocupacionais.

Os dados utilizados nessa dissertação resultaram de uma pesquisa mais ampla realizada pelo Professor Leôncio Martins Rodrigues sobre a composição social dos partidos e a ideologia, pesquisa na qual tive a oportunidade de participar como assistente. O estudo de Leôncio Martins Rodrigues está sendo operacionalizado por meio do levantamento da composição ocupacional e profissional das seis bancadas partidárias (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT) que possuem um perfil programático-ideológico relativamente consistente e nítido na atual legislatura da CD.

Os dados foram obtidos com base em duas fontes principais: o *Repertório Biográfico* publicado pela Câmara dos Deputados e as declarações de bens, entregues pelos parlamentares no Tribunal Regional Eleitoral de seus

respectivos Estados, quando do registro de sua candidatura para as eleições de 1998.

Os Repertórios Biográficos são compostos a partir de informações fornecidas pelos próprios parlamentares. Neles pode-se encontrar, além dos dados profissionais dos deputados (profissão/ocupação, tipo e ramo de atividade), informações referentes às suas atividades políticas pregressas (sigla pela qual se elegeu, partidos aos quais pertenceu, cargos eletivos, etc).

Em alguns casos, as informações apareceram de forma imprecisa, ou por problemas na organização do repertório, ou pela conveniência de não apresentá-las. Exemplo da falta de menção do parlamentar diz respeito a certas siglas partidárias às quais pertenceu e que caíram em descrédito com a opinião pública como a ARENA ou PRN.

Como mecanismo de controle, os dados retirados do Repertório foram complementados a partir de outras fontes biográficas. Entre elas, merece destaque o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

As declarações de bens referem-se ao ano de 1997 e compreendem 401 parlamentares (78,2% da CD), visto que correspondem a um universo de 21 unidades da Federação.

Em relação ao grupo empresarial foi possível a obtenção de 158 declarações de bens, o que significa 76,3% dos 207 empresários aqui classificados e analisados.

As profissões na 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados

Com base no critério da última profissão/ocupação exercida pelos deputados antes do ingresso na vida política, a pesquisa realizada por Leôncio Martins Rodrigues, sobre a 51ª legislatura, classificou os deputados federais em oito grupos sócio-profissionais: 1) *empresários*; 2) *profissionais liberais tradicionais e intelectuais*; 3) *professores*; 4) *ocupações governamentais*; 5) *comunicadores*; 6) *ocupações religiosas*; 7) *trabalhadores não manuais em serviços* e 8) *trabalhadores industriais qualificados e lavradores*.

A partir da distribuição dos oito segmentos profissionais/ocupacionais no interior da Câmara (Tabela I) percebe-se, inicialmente, “... que a fração da classe política brasileira representada nesta CD provém fundamentalmente de quatro segmentos sócio-ocupacionais: empresários (do setor urbano, principalmente), profissionais liberais, ... funcionários do Estado (dos governos federal e estaduais) e professores.” (Rodrigues, 2001: 6-7).

Por outro lado, há uma estreita correlação entre os tipos de ocupação/profissão e o rótulo convencional ideológico atribuído aos partidos quando distribuídos num continuum esquerda-centro-direita. A proporção de empresários no interior das bancadas partidárias se eleva na medida em que se caminha da esquerda (PT e PDT) para a direita (PPB e PFL). Do Lado oposto, aumenta no interior dos partidos de esquerda a proporção de professores, empregados não manuais em serviços, trabalhadores industriais qualificados e lavradores. (Tabela I)

Tabela I - Ocupações/profissões por partido

Ocupações	PPB	PFL	PMDB	PSDB	PDT	PT	Total da CD
Empresários urbanos	40.0	40.0	30.1	27.3	12.0	3.4	28,5
Empresários rurais	16.7	15.2	12.0	8.1	8.0	—	10,1
Empresários mistos	11.7	5.7	4.8	3.0	—	—	4,9
Profis.liberais tradicionais	18,3	22,9	28,9	31,3	52,0	25,4	27,1
Profissões intelectuais	1.7	1.9	2.4	9.1	8.0	5.1	4,5
Professores do ensino público superior	5.0	4.8	8.4	6.1	8.0	10.2	6,4
Outros professores	1.7	4.8	7.2	10.1	12.0	23.7	9,4
Altos cargos do gov. federal	3.3	10.5	4.8	6.1	—	—	4,9
Altos cargos de gov. estaduais	8.3	11.4	15.7	6.1	8.0	1.7	9,0
Altos cargos de gov. municipais	1.7	—	1.2	5.1	4.0	—	1,8
Baixo e médio funcionalismo	1.7	1.9	1.2	2.0	—	1.7	1,8
Diretores de bancos estatais	—	—	6.0	6.1	4.0	—	2,5
“Comunicadores”	8.3	4.8	—	6.1	4.0	8.5	6,4
Pastores e padres	10.0	1.9	—	1.0	4.0	1.7	3,5
Empregados não manuais em serviços	1.7	1.0	—	—	—	16.9	2,7
Trabs.industriais qualificados	—	1.0	—	—	—	8.5	1,4
Lavradores e trabs. Rurais	—	—	—	—	—	5.1	0,6
“Políticos”	—	—	1.2	2.0	4.0	—	0,8
Sem informação	—	—	1.2	1.0	—	—	0,4
N =	60	105	83	99	25	59	126,7

Fonte: Rodrigues (2001)

A correlação entre a profissão/ocupação dos deputados e o rótulo partidário também se estende à relação entre a composição das bancadas partidárias e as quatro faixas patrimoniais construídas por Rodrigues (2001) a partir das declarações de bens dos parlamentares: baixo patrimônio, médio-baixo patrimônio, médio-alto e alto patrimônio. ⁽¹⁾.

¹ Em relação às declarações de bens, algumas ressalvas devem ser feitas: 1ª - as declarações dizem respeito aos bens e não à renda, 2ª - foram recebidas as declarações apenas de 21 estados, mas elas dão uma indicação da distribuição patrimonial da Câmara e não podem ser entendidas como responsáveis pelo apontamento de uma tendência geral, 3ª - parte do patrimônio declarado pode ter sido resultado do não esforço individual do parlamentar (como herança, ou matrimônio para cima), e também como decorrência da própria atividade política. Não obstante, a utilização das declarações de bens serviu para reforçar a correlação entre a profissão/ocupação e legenda partidária.

faixas de patrimônio

1 ^a	Baixo patrimônio	Menos de 200 mil reais;
2 ^a	Médio baixo patrimônio	200 mil a menos de 500 mil reais;
3 ^a	Médio alto patrimônio	de 500 mil a 2 milhões de reais;
4 ^a	Alto patrimônio	mais de 2 milhões de reais

Fonte: Rodrigues (2001)

Conforme os dados indicados pela Tabela II, pode-se observar que os partidos considerados à direita (PPB e PFL) apresentam um número maior de empresários e parlamentares que foram (ou são) altos funcionários do governo e uma faixa patrimonial mais elevada, enquanto, os partidos à esquerda (PT e PDT), apresentam um percentual reduzido - mas significativo frente aos partidos de direita - de trabalhadores não manuais em serviços, trabalhadores industriais qualificados e lavradores, juntamente com um expressivo contingente de parlamentares vindos do magistério e profissionais liberais, embora com patrimônio mais modesto.

Tabela II – Distribuição Intrapartidária do Patrimônio

Partido	N	Baixo patrimônio	Médio-baixo patrimônio	Médio-alto patrimônio	Alto patrimônio
PT	51	80,4	19,6	-	-
PDT	22	40,9	31,8	18,2	9,1
PSDB	84	20,2	30,9	35,7	13,1
PMDB	62	19,3	24,2	40,3	16,1
PFL	70	12,8	24,3	34,3	28,6
PPB	51	9,8	23,5	45,1	21,6
Outros partidos	61	31,1	31,1	23,0	14,8

Fonte: Rodrigues (2001)

Esse quadro geral da Câmara indica a presença significativa dos empresários no interior da CD e o fato inequívoco de que os empresários com

atividades empresariais possuem um peso diferenciado no interior das seis principais bancadas partidárias presentes nessa 51ª legislatura (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT).

Os propósitos dessa dissertação são identificar:

- a) quem são os parlamentares que possuem (ou possuíam) atividades empresariais antes da obtenção do primeiro cargo eletivo; ⁽²⁾
- b) como ocorre o seu ingresso na vida política e a sua trajetória até a ascensão à Câmara dos Deputados;
- c) quais são os principais recursos utilizados para o seu ingresso e projeção no meio político.

O primeiro aspecto trata dos distintos critérios utilizados para a classificação sócio-profissional dos empresários e à conseqüente diferenciação no peso que grupo empresarial assume no interior da Câmara dos Deputados.

A abordagem dos critérios de classificação utilizados por outros autores em confronto com o critério utilizado nessa dissertação não questiona sobre erros, equívocos ou acertos das variadas classificações, mas se relacionam aos critérios que possibilitassem focalizar os três aspectos referidos há pouco.

O critério classificatório utilizado nessa dissertação para identificar os empresários na Câmara dos Deputados baseia-se no critério de Leôncio Martins Rodrigues.

Foram incluídos no interior do grupo empresarial todos os parlamentares que realizaram atividades ligadas ao *capital*, ou seja, ao *mercado*, antes do ingresso em cargo político eletivo, seja no legislativo

² - Por convenção, os parlamentares com atividades empresariais serão designados, no decorrer dessa dissertação, simplesmente como empresários.

(vereador, deputado estadual, deputado federal e senador), ou em postos executivos (principalmente prefeituras).

Assim, foram classificados como empresários todos os parlamentares cuja análise de sua trajetória profissional progressiva indicou a realização de atividade ligada ao mercado e ao capital, seja na condição de proprietário, diretor, sócio ou na condição de administrador. Em outras palavras, deputados que eram (ou são) proprietários, sócios, executivos, gerentes e administradores de empresas urbanas ou rurais.

Dessa forma, o grupo empresarial ficou composto por:

i) empresários urbanos: proprietários, diretores ou sócios de bancos, meios de comunicação (rádio e tv), hospitais privados e entidades recreativas (como clubes de futebol), administradores de empresa, corretores em geral, microempresários e comerciantes, somando-se ainda um grupo de parlamentares cujo setor de atividade não foi possível identificar e foram registrados simplesmente como empresários urbanos sem especificação;

ii) empresários rurais: pecuaristas e agropecuaristas, mais empresários rurais sem especificação;

iii) empresários mistos: agroindustrial e empresários que apresentam, concomitantemente, atividades urbanas e rurais.

O segundo aspecto, relacionado ao tipo de trajetória política dos empresários, permite analisar as especificidades existentes no interior do grupo empresarial.

Como se sabe, os empresários não formam um grupo homogêneo. Duas principais variáveis devem ser distinguidas: uma, que se relaciona com o tipo de atividade empresarial (urbana, rural ou mista) e outra, que se relaciona

com o Estado de onde provem o parlamentar, o que introduz, na análise, o fator regional. ⁽³⁾

Na verdade, esse ponto vincula-se com as diferenças na composição social das bancadas e com a dimensão do patrimônio dos empresários, quando o grupo empresarial é estratificado em três segmentos: pequenos, médios e grandes empresários. Lidamos, pois, com as influências regionais na composição das bancadas parlamentares, ou seja, com as cúpulas partidárias.

O enfoque e o objeto, assim definidos, são diferentes daqueles que se encontram no estudo pioneiro de Gláucio A. Dillon Soares (1974), onde é salientado o papel da cultura tradicional-rural como obstáculo à penetração de ideologias modernas, praticamente limitadas às áreas urbanas. Também se diferencia do enfoque apresentado pelo trabalho de Simon Schwartzman (1975) sobre distintos padrões de desenvolvimento político (cooptação x representação política).

De modo mais específico, a hipótese é que o desenvolvimento das disputas eleitorais é configurado por especificidades da dinâmica regional, onde os recursos de ingresso na política (vínculos associativos corporativos, ligações familiares e influência política) acabam tendo peso diferenciado na forma de ingresso e ascensão no meio político dos variados grupos sócio-profissionais, e em particular, do grupo empresarial.

Finalmente, o terceiro aspecto aponta para a distinção nos tipos de recrutamento político e para as relações entre os empresários eleitos e suas respectivas organizações partidárias.

De forma mais esquemática, a pesquisa possibilita tratar da distinção entre *recrutamento endógeno* e *recrutamento lateral*, ressaltando que o

³ - Como se sabe, existem diferenças internas em cada uma das regiões, marcadas pela dinâmica estadual. No entanto, não foi possível analisar este aspecto nessa dissertação. Topicamente, serão apontadas algumas especificidades estaduais.

recrutamento endógeno é entendido pela atuação das agremiações partidárias como fornecedoras dos recursos (financiamento e propaganda) necessários ao ingresso e a ascensão de seus membros no meio político. Já o recrutamento lateral, é entendido pelo ingresso no campo político de candidatos com reduzida militância partidária, que logram êxito eleitoral a partir da utilização de atributos externos às fronteiras partidárias, como prestígio, posses e relações firmadas na vida privada.

Esta dissertação está organizada em duas partes.

A primeira parte está subdividida em três Capítulos que têm os seguintes objetivos:

Capítulo I – realizar um breve quadro expositivo sobre os tipos de recrutamento para o meio político: *recrutamento endógeno* e *lateral*, enfocando como as singularidades do sistema partidário-eleitoral brasileiro (lista aberta, candidato nato, formação de bancadas ou blocos parlamentares, etc) afetam, direta ou indiretamente, as relações dos candidatos aos cargos eletivos com as suas respectivas organizações partidárias.

Capítulo II - organizar um balanço sobre os critérios utilizados por outros autores para classificação do grupo empresarial e indicar como os distintos critérios identificam, de forma diferenciada, os empresários no interior da Câmara dos Deputados;

Capítulo III – esboçar um panorama geral do grupo empresarial, identificando seus aspectos sócio-econômicos, a partir da dimensão

patrimonial. A análise será operacionalizada pela estratificação do grupo empresarial em três segmentos: pequenos, médios e grandes empresários.

O objetivo é avaliar as principais distinções existentes entre os três grupos empresariais (pequenos, médios e grandes) e as distinções *intragrupos*, quando os dados referentes aos pequenos, médios e aos grandes empresários são submetidos ao corte regional.

A segunda parte do trabalho, por sua vez, enfoca a trajetória política do grupo empresarial e os recursos utilizados pelos empresários para o ingresso e ascensão na vida política (vínculos associativos corporativos, influência política e familiar, etc).

Nota-se que os recursos de ingresso na vida política utilizados pelos empresários se relacionam com algumas das especificidades existentes no interior do grupo empresarial. Por exemplo, a região de onde os empresários são oriundos e a faixa etária de ingresso no campo político.

O desenvolvimento da segunda etapa do trabalho também compreende a subdivisão em três capítulos.

O Capítulo IV enfoca a distribuição dos empresários no interior das bancadas partidárias.

O enfoque se estende ainda a uma avaliação do peso assumido pelos empresários que ingressaram na CD em 1998 no interior dos partidos que possuem as maiores proporções de empresários (PPB, PFL, PMDB, e PSDB) e que apresentaram um “padrão regionalizado” de distribuição de sua força política ao final da eleição de 1998.

Como resultado, nota-se que o grupo empresarial tem importante papel no processo de concentração parlamentar regional do PFL, do PPB, do PMDB e do PSDB. Os empresários contribuíram para o aumento das bancadas partidárias do PFL no Sudeste, do PPB no Sul, do PSDB no Nordeste e para a

manutenção das bancadas peemedebista e peefelista na região Nordeste e da bancada do PPB na região Norte.

O Capítulo V trata especificamente do tipo de trajetória política exercida pelos empresários até a ascensão à Câmara dos Deputados.

A análise da trajetória política dos empresários indica que há uma diferenciação nos tipos de carreira dos empresários quando os dados são operacionalizados a partir de três faixas etárias de ingresso na vida política: até 30 anos, de 31 a 40 anos e acima de 40 anos de idade.

Os dados apontam que os empresários que ingressam na vida política após os 40 anos de idade possuem carreiras políticas mais curtas até ascenderem à Câmara dos Deputados, incluindo, em grande parte dos casos o ingresso direto na Câmara.

Outro aspecto revelado diz respeito a uma distinção nos tipos de cargos eletivos que são ocupados pelos empresários de cada faixa etária ao iniciarem a sua carreira política. Os empresários que ingressam mais jovens na política (até 30 anos) tendem a ocupar, o primeiro cargo, nas câmaras municipais. Já entre os empresários que entram na política após os 40 anos, o ingresso no meio político tende a ocorrer a partir de cargos hierarquicamente mais elevados, seja a partir das Assembléias Estaduais ou das prefeituras, incluindo-se a condição de vice-prefeito.

Com base nesse quadro, o Capítulo VI abordar como as distintas trajetórias políticas dos empresários se relacionam com os recursos utilizados pelos parlamentares desse grupo sócio-profissional para o ingresso na classe política.

De forma específica, pode-se observar que o ingresso e a ascensão dos empresários na vida política se relaciona com a utilização de três principais recursos: os vínculos políticos familiares; a indicação para cargos públicos ou

pelos parlamentares desse grupo sócio-profissional para o ingresso na classe política.

De forma específica, pode-se observar que o ingresso e a ascensão dos empresários na vida política se relaciona com a utilização de três principais recursos: os vínculos políticos familiares; a indicação para cargos públicos ou de confiança por intermédio da influência política; e a direção de associações ou sindicatos patronais. Para alguns empresários, esses recursos se associam à posse de um patrimônio mais elevado na constituição de um “capital” que lhes traz êxito no jogo político-eleitoral, enquanto para outros, suprimem a carência do alto-patrimônio. Como consequência, percebe-se que esses empresários são beneficiados por distintos recursos de ingresso na política, que, por sua vez, se relacionam com as distintas regiões e a idade de ingresso na política.

Em resumo, nas regiões Nordeste e Sudeste predominam a indicação para cargos públicos, os vínculos políticos familiares e a direção de sindicatos patronais, sendo que os recursos que proporcionam notoriedade e estão relacionados às atividades profissionais, às atividades associativas (como movimentos religiosos) ou à participação em meios de comunicação, surgem com peso importante, principalmente na região Sudeste, podendo se incluir a região Sul, que se diferencia das outras duas regiões por apresentar uma proporção significativa (29%) de empresários que desenvolveram atividades partidárias como recurso de ingresso no meio político (presidência, vice-presidência, postos como secretários, tesoureiros, etc).

Em relação à distinção dos recursos utilizados pelos empresários por faixa etária de ingresso no campo político, nota-se que entre os empresários que iniciam a carreira após os 40 anos, predomina os vínculos familiares, a indicação para cargos públicos e de confiança, mas, sobretudo, a direção sindical patronal como recurso político, ao passo que entre os mais jovens, a utilização desse último recurso é praticamente inexistente.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

AS FORMAS DE ASCENSÃO NA POLÍTICA: RECRUTAMENTO ENDÓGENO E RECRUTAMENTO LATERAL

De modo geral, pode-se distinguir dois tipos de entrada na vida política efetuada por meio dos partidos: o *recrutamento endógeno* e o *recrutamento lateral*.

Uma característica marcante do recrutamento político endógeno é que as agremiações partidárias põem à disposição dos candidatos que concorrem por sua legenda recursos de variada natureza, como financiamento e propaganda. Portanto, a ascensão na vida política, nesses casos, está fortemente ligada a uma socialização dentro dos partidos, o que exige bastante tempo de militância e a sedimentação de laços hierárquicos. A carreira política tende a se desenvolver de forma mais lenta, requerendo estágios em outras instâncias de poder partidário que legitime as pretensões dos interessados de concorrer a um posto eletivo pelas respectivas legendas.

Como consequência, as pessoas que postulem um cargo na vida política, devem, desde cedo, se dedicar à atividade política profissional,

buscando especializar-se e ocupar-se das causas partidárias (Michels, 1982). É nessa direção, que se identifica, em determinados segmentos sócio-ocupacionais, uma maior congruência entre a atividade política e a ocupação profissional. Weber (1993), por exemplo, já havia destacado as profissões de advogado e de jornalista como as profissões que, além de compatibilizarem o tempo de desenvolvimento da política com a atividade profissional, aumentam a habilidade oratória. Modernamente, as atividades que se associam à oratória e permitem o desenvolvimento da política aliada ao meio profissional, são, às vezes, designadas de *talking professions* e incluem, além do advogado e do jornalista, padres, pastores, professores e administradores públicos.

Já no recrutamento lateral, os candidatos ingressam em idade mais tardia na política e não têm um longo período de militância num dado partido. Nesse caso, a ascensão é mais dependente de atributos adquiridos fora das fronteiras partidárias, como prestígio, posses e relações sociais firmadas na vida privada. Esses recursos seriam utilizados de forma eficaz para a arregimentação de apoios e êxito nos pleitos políticos.

Focalizando o caso brasileiro, Marengo dos Santos (2000) identifica os empresários e os profissionais de formação superior (principalmente, médicos, engenheiros e jornalistas), como os parlamentares que se utilizam mais freqüentemente do recrutamento lateral como meio de ingresso na política. Esses segmentos sócio-profissionais tenderiam a apresentar, segundo o autor, carreiras mais descontínuas e, no caso da Câmara dos Deputados, menos tempo de atividade política para se chegar a deputado federal.

O impacto do recrutamento lateral sobre a composição da classe política e sobre os vínculos partidários tenderia a favorecer um clima de maior instabilidade. De um lado, porque candidatos que detêm recursos próprios, “... não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira.” (Marengo dos Santos, 2000: 39) De outro, porque essas pessoas ao ingressarem na política em

idade mais tardia, podem já estar estabelecidas profissionalmente, o que poder gerar um possível abandono da atividade política profissional, pois diferentemente daqueles que construíram uma reputação e *vivem da política*, os seus laços com o meio político seriam mais tênues. ⁽⁴⁾

Nesse ponto, as singularidades dos sistemas eleitorais nacionais constituem um fator interveniente fundamental porque afetam, direta ou indiretamente, as relações dos candidatos aos cargos eletivos com a organização partidária.

Como salientou Olavo Brasil de Lima Jr. (1993), não há em nosso sistema eleitoral a possibilidade de candidaturas avulsas, quer dizer, de apresentação de candidatos que concorram por fora dos partidos legalmente registrados. Mas, por outro lado, no sistema político brasileiro há uma série de mecanismos que atuam em sentido contrário, enfraquecem o controle partidário e reforçam o individualismo dos políticos, seja no decorrer do processo eleitoral (lista aberta, candidato nato) ou após a ocupação de um cargo eletivo (ausência de regra para fidelidade partidária, formação de bancadas ou blocos parlamentares).

O resultado é dificultar a formação de identidades partidárias e favorecer a indisciplina no interior dos partidos, aspectos notados por alguns pesquisadores (Kinzo, 1990; Mainwaring, 1991; Melo, 2000, entre outros), ainda que estudos recentes indiquem que as taxas de indisciplina não sejam tão altas quanto as taxas apontadas, especialmente pelos brasilianistas. Nessa direção, o trabalho de Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi (1995), sobre as relações entre Executivo e Legislativo, destaca-se por abordar o processo decisório

⁴ - Como modelo emblemático dos parlamentares que ingressam na CD a partir do recrutamento lateral, Marengo dos Santos (2000) aponta a figura do *freshman* abordada por W. Mills ao analisar a renovação parlamentar no Legislativo americano. O *freshman* é "... um hombre que há passado la mayor parte de su vida activa fuera de las organizaciones estrictamente políticas, y que – depende del caso – se vê introducido en ellas ... o entra y sale en el campo político." (Mills, 1989: 218, Ver Marengo dos Santos, 2000: 48)

legislativo, acentuando a existência de um grau relativamente alto de coesão interna das bancadas partidárias no Congresso.

Analisando as votações nominais no Congresso, no período de 1989 a 1993, Figueiredo e Limongi observaram que os partidos políticos “... apresentam um grau de coesão interna suficiente para tornar a ação do plenário previsível.” Por outro lado, as votações “... tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. Mais que isto: há um centro-direita e um centro-esquerda.” (Limongi e Figueiredo, 1995: 516) Assim, comparando o encaminhamento dos líderes com os votos das bancadas, observaram os autores que os partidos tendem a ter um grau de coesão interna elevado, principalmente, quando os partidos do mesmo bloco ideológico votam de forma semelhante.

Mas, apesar da importante contribuição do trabalho de Figueiredo e Limongi, pode-se fazer a objeção de que é necessária uma distinção entre coesão e disciplina, tratando-se, no caso abordado pelos autores, mais de um exemplo de bancadas disciplinadas do que de bancadas coesas. Novaes (1994), por exemplo, ao analisar os mecanismos de funcionamento da Câmara dos Deputados para o mesmo período, entende que haveria um elevado grau de atomização da atuação parlamentar. Esta atomização conviveria e alimentaria um processo de centralização do poder nas mãos dos líderes de bancada. Esses, a partir de sua atuação (seja a habilidade de tecer acordos ou cuidar dos interesses pessoais dos parlamentares), garantem organicidade às votações partidárias.

Dentro dessa perspectiva, pode-se acentuar a relevância adquirida pelas votações simbólicas em regime de “urgência” ou “urgência-urgentíssima”, o que demonstra o poder de manobra dos líderes de bancada, fato que leva o autor a concluir que “... não se pode afirmar que alinhamento ideológico traduza organicidade partidária ou mesmo fidelidade partidária e prática legislativa colegiada”. (Novaes, 1994: 114)

Melo (2000), por sua vez, ao abordar o desenvolvimento do processo de migração entre os deputados federais, no período 1983-1999, observou que a infidelidade no interior dos partidos se desenvolve concomitante à produção, pelas

lideranças, da disciplina partidária. A explicação para a coexistência da infidelidade ou falta de coesão partidária juntamente com a disciplina, se encontra, conforme o autor, na “... estrutura de punições e recompensas embutida no arranjo interno do Legislativo brasileiro (que) sinaliza nas duas direções: disciplina em plenário e trânsito entre as bancadas.”, sendo que a concentração de poder sobre a agenda decisória pelo Poder Executivo, pelo presidente da Mesa e pelo Colégio de Líderes, ao mesmo tempo, que incentiva o parlamentar a colaborar com o governo e votar com o líder, estimulá-o “... a buscar um melhor posicionamento junto ao núcleo decisório do sistema, mudando, sempre que necessário, de partido”. (Melo, 2000:226)

Sem desconsiderar o individualismo na atuação legislativa – apontado por Novaes e incentivado, inclusive, pela maneira como se desenvolvem as campanhas proporcionais no sistema eleitoral de lista aberta -, e sem desconsiderar os mecanismos de concentração de poder por parte de líderes, vice-líderes e coordenadores de bancada, não se pode deixar de destacar, como o fez Nicolau (2000), “... que existe uma variação na taxa de disciplina dos partidos...”, e que suas causas podem ser “... associadas à vida organizacional dos partidos (grau de conflito doutrinário, presença de facções pró e antigovernista, padrão de punição para os parlamentares que votam contra a indicação do líder do partido).” (Nicolau, 2000:727).

Em outras palavras, para se conceber o grau de coesão de cada partido é necessário voltar o olhar para o funcionamento interno do desenvolvimento organizacional partidário. Desse ângulo, os trabalhos realizados por Leôncio Martins Rodrigues (1987, 2001) apontam como a composição sócio-profissional partidária apresenta-se de forma convergente com o perfil programático-ideológico convencional estabelecido para os principais partidos na Câmara dos Deputados.

Após analisar a composição sócio-profissional dos parlamentares constituintes (1986-1988) e detectar a existência do que denomina de “núcleo duro” no interior de cada bancada partidária (PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB, PT/PCs/PSB e PL/PDC), Rodrigues (1987) observou que havia uma forte correlação entre o posicionamento dos parlamentares, de acordo com a distribuição de suas respectivas agremiações num continuum esquerda-centro-direita, e a consistência de suas

opiniões sobre questões importantes (reforma agrária, aceitação ou rejeição do capital estrangeiro, mercado versus estado). Desse modo, os deputados que se definiam mais à esquerda eram os mais favoráveis ao intervencionismo econômico, à reforma agrária e eram mais contrários ao capital estrangeiro, enquanto os mais à direita se posicionavam de forma inversa.

Recentemente, Rodrigues estendeu o foco de sua abordagem para a 51ª legislatura (1999-2003), classificando os deputados federais, a partir da última profissão/ocupação exercida antes da obtenção do primeiro cargo eletivo, em oito grandes grupos sócio-profissionais (*empresários; profissionais liberais tradicionais e intelectuais; professores; ocupações governamentais; comunicadores; ocupações religiosas; trabalhadores não manuais em serviços e trabalhadores industriais qualificados e lavradores*).

A análise da distribuição sócio-profissional desses oito segmentos pelos seis principais partidos na Câmara dos Deputados (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT), permite observar, por um lado, a correlação entre os tipos de ocupação/profissão e o rótulo ideológico convencional atribuído aos partidos (esquerda, centro, direita) e, por outro, a relação entre a composição das bancadas partidárias e quatro faixas patrimoniais construídas através das declarações de bens dos parlamentares (baixo patrimônio, médio-baixo patrimônio, médio-alto e alto patrimônio). Como resultado, nota-se que os seis partidos analisados (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT) mostravam uma composição sócio-profissional de acordo com o rótulo ideológico que lhes é atribuído e que a construção das faixas patrimoniais permite verificar a congruência entre o patrimônio dos parlamentares e o peso dos grupos sócio-profissionais no interior de cada agremiação.

Os resultados encontrados por Rodrigues permitiram ao autor concluir que embora vindos de trajetórias individuais diferenciadas, os parlamentares que compõem um grupo profissional-ocupacional apresentam idéias e visões de mundo que podem ser convergentes com a forma com que “ganham a vida” e o status decorrente de seu *modus vivendi*, proporcionando, então, ao escolherem o partido pelo qual vão lançar-se à vida política, estar entre os pares com os quais compartilham idéias próximas. Isto não significa dizer que as bancadas partidárias sejam homogêneas ou que os

parlamentares se liguem aos partidos por laços programáticos e ideológicos indissolúveis, mas a hipótese é de que os coeficientes de disciplina e a coesão dos partidos aumentam com a existência de “... um grupo sócio-ocupacional dominante que seja capaz de definir interesses e impô-los aos demais”. (Rodrigues,2001:31, nota 26)

Dessa perspectiva, parece correto pensar que os atributos (partidários ou da vida privada) que possibilitam a um candidato a obtenção de um cargo eletivo podem ter significativa influência nas suas relações com o partido pelo qual se elegeu, mas essas relações também sofreriam a influência do desenvolvimento do jogo político interno em cada organização (o controle das áreas de incerteza, às quais se referia Panebianco), o que sugere que o ingresso dos candidatos no meio político, principalmente a partir do recrutamento lateral (posses, prestígio, etc), não se associa, mecanicamente, aos aspectos negativos apontados para esse tipo de recrutamento, como uma eventual evasão da vida política e uma tênue vinculação partidária.

Especificamente, no que toca ao grupo empresarial e à possibilidade de uma futura evasão do meio político, decorrente do ingresso tardio (após os 40 anos) e direto na Câmara e da posse de alto patrimônio, pode-se notar que grande parcela dos empresários que ingressaram na CD, nessas condições, tem se mantido no mandato legislativo (60% dos empresários que estão com quatro mandatos). Do lado oposto, o pressuposto da evasão política, com base no fato de que os empresários ingressaram na CD profissionalmente estabelecidos, parece necessitar ser reavaliado, visto que cerca de 1/3 do grupo empresarial que ingressou diretamente na Câmara possui baixo e médio-baixo patrimônio (Cap. V).

Em relação aos vínculos partidários, um breve perfil dos empresários eleitos para a Câmara em 1998, pelas quatro agremiações que detêm a maior proporção de empresários em suas bancadas (PPB, PFL, PMDB e PSDB), indica, por um lado, que significativo número dos empresários desses partidos

possui filiação exclusiva a essas agremiações (em média 50%), com um razoável tempo de admissão (5 a 10 anos, no PSDB, PPB e PMDB). Por outro lado, mais da metade dos empresários desses quatro partidos desenvolveram atividades partidárias antes da eleição para a Câmara, como presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, entre outras, nas diversas instâncias da organização partidária (municipal, estadual ou nacional).

Embora esses dados se restrinjam à 51ª legislatura, a hipótese de que a participação empresarial na Câmara e na política não deve ser associada de forma mecânica aos reflexos negativos observados para o recrutamento lateral, parece ganhar maior relevância na interpretação de alguns trabalhos sobre a atuação da classe empresarial. Esses trabalhos apontam uma nítida diferenciação nos valores políticos da elite empresarial em relação a outros segmentos da elite nacional (Lima e Boschi, 1995; Reis e Cheibub, 1995; Cheibub, 1995), e como esses valores (liberdade econômica, descentralização da economia, etc) têm orientado a atuação política dos empresários.

Para não se estender em demasia nesse ponto, cabe citar apenas três abordagens: a de Cardoso (1983), a de Coelho (1999) e a de Lemos (2001) que retratam três momentos particulares: 1976-1977; a Constituinte (1986-88) e o período 1988-1994.

Cardoso (1983) destaca que a classe empresarial emergiu no cenário político nacional, em 1976-77, como um dos principais segmentos atuantes na reivindicação da redemocratização.

Segundo o autor, o entusiasmo empresarial pela democracia se apresentava nitidamente vinculado aos seus interesses econômicos, sendo que o posicionamento contrário ao regime era decorrente da crise econômica internacional e da percepção de uma maior centralização do processo industrial por parte do Estado. Nessa perspectiva, a crítica empresarial se constituiu numa espécie de aceitação dos pontos de vista oposicionistas no que se refere às “distorções” sociais e econômicas do modelo de desenvolvimento,

mas dava ênfase ao controle da ação estatal direta na economia, à prédica em favor da participação dos empresários no processo de decisão e ao contraponto diante das medidas adotadas pelo governo, ou seja, em oposição à maior participação das empresas estatais no processo de desenvolvimento. (Cardoso,1983: 18-19).

Coelho (1999), por sua vez, indica que havia, no processo constituinte (1986-88), uma clara relação entre os interesses individuais dos parlamentares e a composição das Comissões e Subcomissões. Neste sentido, os parlamentares ligados à estrutura produtiva marcaram sua presença na Comissão de Ordem Econômica e em outras subcomissões como a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais (50% de empresários), ou a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, onde os empresários rurais representavam 75% dos membros.

A representação dos interesses empresariais no processo legislativo também pode ser percebida, no período 1988-94, na análise de Lemos (2001) sobre a apresentação de propostas legislativas nas áreas de saúde e educação. Nesse ponto, destaca-se a congruência entre os grupos de interesses e a orientação partidária, apontada por Rodrigues (2001), visto que “... os partidos de direita (PFL, PDS/PPR/PPB) e centro-direita apresentam mais propostas para beneficiar o empresariado.”, embora sejam os partidos de esquerda, que possuam uma maior aprovação de suas propostas nas áreas de educação e saúde (Lemos,2001: 586).

As citações aqui mencionadas dão uma indicação de que a participação empresarial na atividade política não deve ser considerada apenas como uma inclinação contingente ou corolário de uma vida profissional bem sucedida, o que sugere a necessidade de se avaliar as relações entre os deputados empresários e suas respectivas agremiações partidárias.

CAPÍTULO II

OS EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os dados apresentados por Diniz (2000) e Marengo dos Santos (2000) sugerem que a participação dos empresários na Câmara dos Deputados tem se elevado ao longo dos dois períodos democráticos brasileiros: 1945 a 1964 e 1985 a 2001 (Quadro I).

Pelos dados levantados por Diniz (2000) nota-se que a participação empresarial na Câmara eleva-se progressivamente da legislatura 1946-51 (14,8%) até a legislatura 1963-67 (25,2%), quando é estabelecido um interregno no processo democrático.

Entre as legislaturas do período militar, 1967-71 (23,5%) a 1979-83 (17,3%), há um declínio dos empresários na CD, possivelmente como resultado de um recrutamento mais tecnocrático ou, como apontou Cardoso (1983), em virtude de o empresariado ter procurado influir mais corporativa do que politicamente sobre o Estado.⁵ Mas, a partir da configuração do

⁵ - Santos (2000) observa que o período militar legou como influência um maior recrutamento de parlamentares ligados aos cursos de engenharia e economia, "... resultado certamente relacionado ao advento da tecnocracia na política brasileira." (Santos,2000: 98-99) Já Cardoso (1983) faz menção a uma atuação empresarial no período militar baseada em "anéis

multipartidarismo (legislatura 1983-87), a participação empresarial volta a se elevar alcançando na legislatura 1995-99 o patamar de 25,5%.

Em Marengo dos Santos (2000), de forma geral, observa-se uma maior oscilação da participação empresarial na Câmara, tanto no período pré-regime militar (1946-1963), como a partir da redemocratização (1983).

Mas os dados de Marengo dos Santos (2000), referentes ao segundo período democrático (1983-1999), similarmente aos dados encontrados por Diniz (2000), indicam a ascensão dos empresários na Câmara dos Deputados.

O índice de participação empresarial na legislatura 1995-99 (25%) se aproxima, com certas exceções, dos encontrados nos países desenvolvidos: os parlamentares recrutados no meio empresarial seriam de 6% na França (1986) e Japão (1990); 20% na Nova Zelândia (1990), 22% na Austrália e Canadá (1987 e 1988), 24% no Reino Unido (1992) e 30% nos Estados Unidos (1990). (Norris,1996: 188-9, *apud* Rodrigues, 2001)

Quadro I - Empresários na CD: Brasil – 1945-1999

Fonte	1946- 51	1951- 55	1955- 59	1959- 63	1963- 67	1967- 71	1971- 75	1975- 79	1979- 83	1983- 87	1987- 91	1991- 95	1995- 99
Diniz (2000)	14,8	17,8	22,1	25,2	24,8	23,5	19,3	21,1	17,3	20,3	24,2	25,2	25,5
Marengo dos Santos(2000)	22,7	21,7	24,0	23,3	24,1	16,2	13,4	21,8	10,2	19,9	29,2	37,2	24,3

A hipótese levantada por Diniz (2000) para explicar a participação dos empresários enfatiza a possibilidade, percebida por esse grupo, de interferir de forma mais eficaz no sistema político e no processo decisório, tendências que teriam sido reforçadas a partir do final da década dos 80 pelo

burocráticos”, que teriam se formado no interior do aparelho do Estado sob a condução de algum funcionário-aliado e foi por intermédio desses anéis que o empresariado desenvolveu a sua política. (Cardoso, 1983: 12-13)

declínio da estrutura corporativa de desenvolvimento econômico adotado no País.

Segundo Diniz (2000), o modelo de desenvolvimento econômico criado a partir dos anos 30, baseado no desenvolvimento industrial, teria possibilitado ao Estado um maior controle sobre a sociedade, no sentido de viabilizar um pacto de poder capaz de dar sustentação à ordem industrial. A classe empresarial, por sua vez, teria se adaptado a esse modelo e procurado desenvolver condições para representar seus interesses junto a segmentos da burocracia estatal. Entretanto, o desmonte desse modelo, a partir das reformas administrativas e mudanças econômicas no final da década dos 80 teria levado os empresários a dar maior atenção à esfera Legislativa.

A suposição leva em conta o poder centralizador do Executivo sobre a agenda decisória, mas Diniz entende que mesmo diante dessa centralização não se “... torna irrelevante o papel do Legislativo enquanto *locus* dinâmico da política, na medida que para ali converge a ação de alguns grupos que procuram algum tipo de influência sobre questões do seu interesse.” (Diniz, 2000: 62) Por outro lado, lembra a autora, que a atuação empresarial também vem se balizando pela participação através da atividade de lobby.

Marengo dos Santos (2000) não apresenta uma hipótese explicativa para a maior participação empresarial na Câmara dos Deputados. A preocupação do autor concentra-se na análise do impacto que a forma de recrutamento dos empresários (recrutamento lateral), exerce sobre a fração da classe política representada nessa arena.

1- Empresários por Partidos

A participação empresarial na política brasileira, especificamente na Câmara dos Deputados, tende a ser ligada aos partidos de direita ou partidos conservadores. Mas é preciso lembrar que os empresários se fazem presentes nos chamados partidos de centro ou “partidos progressistas” e também no interior dos partidos de esquerda, embora em menor proporção.

Quando se focaliza o período de 1946 a 1967 observa-se que a participação empresarial é marcante na composição da UDN e do PSD. Não obstante, nos chamados partidos progressistas, do qual o PTB é o maior exemplo, e nos pequenos partidos também pode ser identificada uma proporção razoável de empresários.

Benevides (1981), ao tratar da composição social da UDN, apontou que a composição desse partido “... estaria representada por grupos da grande burguesia, tanto industrial e comercial como latifundiária, e tanto nacional como estrangeira, grupos da pequena burguesia, tanto empresarial (pequenos e médios industriais, comerciantes, lavradores) como profissional (profissionais liberais, altos tecnocratas e gerentes da indústria)” (Benevides, 1981:101). Porém, a autora adverte que a presença empresarial também se fazia notar no interior do PTB, considerado mais progressista. Assim, havia “... o “PTB dos latifundiários” ... o PTB das favelas e o PTB da “burguesia nacional”; o PTB dos intelectuais e o PTB dos operários ...”(Benevides, 1989:15)

Na composição paulista do PTB na Câmara dos Deputado no período de 1946-1967 podem ser identificados num total de 38 deputados federais eleitos, sete empresários que se dedicavam às ocupações de industrial, banqueiro e comerciante.

Fleischer (1981), por sua vez, indica para a composição nacional do PSD no período 1947-67 um total de 11,8% deputados federais pertencentes ao

setor “comércio-banco-finanças”. Proporção muito próxima pode ser encontrada entre os pequenos partidos. Já a UDN e o PTB possuíam uma cifra de 8,6% e 8,3% deputados federais do setor empresarial, respectivamente, sendo que as maiores taxas de participação dos empresários são registradas no PSP (13,0%), no PST (15,8%) e no PSB (25,0%) (Fleischer,1981:51, quadro I).

Mais recentemente, após os governos do período autoritário, Rodrigues (1987) ao analisar a composição da Assembléia Constituinte (1987-88) indicou a presença dos empresários no interior das bancadas partidárias, de acordo com a identificação ideológica convencional atribuída aos partidos no espectro esquerda-centro-direita.⁽⁶⁾

Na composição das bancadas constituintes, os empresários representavam 58% da bancada do PDS, 36% da bancada do PFL e 33 % da bancada do PTB. Declinavam para 29% no interior da bancada peemedebista e 21% na bancada do PDT. O bloco formado por PT/PCs/PSB não possuía empresários em sua bancada.

Kinzo (1993), ao analisar a composição das bancadas eleitas em 1990 para a CD indica um percentual de 54,8% de empresários no interior do PDS, 42, 7% no PFL e 40,4% na bancada do PMDB. O PSDB e o PDT que são considerados pela autora numa posição de centro-esquerda dentro do espectro ideológico possuem uma proporção de empresários de 29,7% e 23,4%, respectivamente.

⁶ - Existem certas divergências em relação à classificação dos partidos brasileiros num continuum ideológico esquerda-centro-direita. Por essa razão, Rodrigues procurou identificar os partidos no espectro ideológico de acordo com a classificação convencional que lhes é atribuída por parte da literatura acadêmica, imprensa, e no caso da Constituinte, pela auto-identificação dos parlamentares, ressaltando-se que, em geral, os deputados dos partidos de direita tenderam a se classificar numa posição um pouco mais à esquerda do que realmente se encontravam as suas agremiações partidárias.

A participação empresarial nos diferentes segmentos ideológico-partidários também pode ser observada nessa atual legislatura (51^a), conforme sugere a pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues e a partir da Tabela I transcrita na introdução dessa dissertação.

Resumidamente, os empresários compõem 68% da bancada do PPB e 61% da bancada do PFL. A categoria dos empresários é também alta no PMDB (47%); declina entre os parlamentares do PSDB (38%); cai para 20% no PDT e é praticamente inexistente no PT (3%)(⁷). .

2- Os dados: critérios de análise

Apesar de apontar para uma ascensão dos empresários na Câmara dos Deputados, os dados observados a partir de alguns trabalhos citados (Diniz, 2000; Marengo dos Santos, 2000; Kinzo, 1993; Rodrigues, 1987 e 2001; e Diap, 1998), indicam que há distinções, e em alguns casos significativas, nas cifras que identificam o número de empresários no interior da Câmara dos Deputados.

Um exemplo pode ser encontrado na legislatura de 1991-95, onde Diniz (2000) encontrou 25,2% de empresários sobre o total de deputados (n=503). Marengo dos Santos (2000), por sua vez, indicou 37,2% e Kinzo (1993), 40%. Este último percentual é o que mais se aproxima dos levantamentos realizados na pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues para as *profissões declaradas* pelos parlamentares dessa legislatura (1991-95): 44%.

⁷ - Rodrigues chama a atenção para o fato de que não está sendo considerada a dimensão do empreendimento empresarial e nem tampouco estão separados proprietários e diretores, gerentes e administradores assalariados.

Recuando alguns anos, exemplo similar é revelado na representação empresarial na Constituinte (1986-88). Diniz (2000) indica a presença de 24,2% de empresários na Constituinte (Tab. 1.14), Marengo dos Santos (2000), 29,2%, Rodrigues (1987) 32%, e Coelho (1999), 40,3%.

As diferenças na identificação dos empresários na Câmara dos Deputados se estendem para a 51ª legislatura e parecem se explicar a partir dos critérios utilizados pelos diferentes autores para a classificação do grupo empresarial.

Além dos critérios para a definição dos empresários, e a inclusão dos parlamentares nesse grupo, há também, e correlatamente, a questão da distinção dos tipos de atividade que pode ser entendida como empresarial. Em 1987, Rodrigues (1987) por ter trabalhado com informações retiradas de um questionário preenchido pelos próprios constituintes, adotou como critério a autoclassificação dos respondentes à indagação relativa à profissão exercida que considerava *a mais importante*.

No que se refere à classificação realizada por Diniz (2000), dois setores foram distinguidos: “empresários da indústria e finanças e empresários de serviços diversos e de setores não especializados”. Já Marengo dos Santos (2000), separou o grupo empresarial em “empresários urbanos e proprietários agrícolas”, enquanto, em Kinzo (1993), os deputados com atividades empresariais aparecem apenas sob a rubrica de “empresários”.

Na pesquisa realizada por Rodrigues (2001) sobre a 51ª legislatura da CD o autor estabeleceu três segmentos: “empresários urbanos, empresários rurais e empresários mistos”, ou seja, parlamentares que realizam (ou realizaram) atividades urbanas e rurais concomitantemente. (8)

⁸ - No trabalho sobre a Constituinte, Rodrigues (1987) classifica os empresários em empresários urbanos, rurais e empresários com atividade diversificada ou não identificada. Não aparece a categoria empresários mistos.

A identificação desses três setores, empresários urbanos, empresários rurais e empresários mistos, tem como base o critério classificatório de definir como empresários todos os parlamentares que realizaram atividades ligadas ao *capital*, ou seja, ao *mercado*, antes do ingresso em cargo político eletivo, no legislativo ou executivo. Assim foram classificados como empresários os deputados cuja análise de sua trajetória profissional progressiva indicou o desenvolvimento de atividade ligada ao *mercado* e ao *capital*, seja na condição de proprietário, diretor, sócio ou na condição de administrador. Em outras palavras, pessoas que tenham obtido renda ou rendimento como proprietários, sócios ou como executivos, gerentes e administradores de empresas urbanas ou rurais.⁹⁾

Os critérios usados para a classificação do grupo empresarial não são mencionados nas análises de Marengo dos Santos (2000) e Kinzo (1993). Já Diniz (2000) deixa subentender que entre os “empresários da indústria e finanças” “... estariam classificados preferencialmente todos aqueles vinculados essencialmente a uma atividade empresarial de médio e grande porte.” (Diniz, 2000:51). Os “empresários de serviços diversos e de setores não especializados”, por sua vez, compreenderiam “... primordialmente empresas de pequeno e médio portes fora da área industrial...”.(*op.cit.*,60)

O DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), em boletim divulgado em seu site na internet, também apresenta uma relação das profissões/ocupações dos parlamentares eleitos em 1998, tendo por critério de identificação das profissões/ocupações dos parlamentares, classificar o deputado “... pela atividade preponderante ou pela principal fonte de renda ... –

⁹ - Braga (1998) utiliza na análise sobre a Constituinte de 1946, um critério bastante próximo ao utilizado por Rodrigues em 1987, e pode-se acrescentar, próximo do critério dessa atual pesquisa (2001), pois Braga classifica como Proprietários (banqueiros, comerciantes, industriais e proprietários de terras) todos os “... Constituintes que ocuparam postos de comando e tomaram decisões de investimento e produção em empresas privadas, não estritamente estatais.” (Braga, 1998:72)

Por exemplo - ... Se (o deputado) é médico e professor ao mesmo tempo considerou-se a profissão a que dedica mais tempo ou da qual obtém seu sustento.” (DIAP,1999: Boletim 98)

Como o *Repertório Biográfico* não traz a indicação da atividade à qual o parlamentar dedicava mais tempo ou da qual obtinha seu sustento, acredito que o critério adotado por Rodrigues parece mais satisfatório. Além disso, ao se comparar os dados do DIAP de profissão/ocupação principal (143 parlamentares) com a “*profissão/ocupação declarada*” pelos próprios parlamentares, pode-se notar que a estimativa do DIAP não corresponde à auto-classificação profissional dos deputados, visto que 183 deles indicaram possuir pelos menos uma profissão/ocupação do tipo empresarial, levando-se em conta, é claro, os administradores de empresa e comerciantes, que na classificação do DIAP aparecem desagregados dos empresários urbanos/rurais, mas se somados resultariam na cifra de 154 empresários.

A comparação dos dados do DIAP com as *profissões/ocupações declaradas* pelos deputados deve ser feita com ressalvas, visto que a pesquisa realizada por Leôncio Martins Rodrigues, da qual os dados são utilizados nessa dissertação, se baseia numa reclassificação da “*profissão/ocupação declarada*” pelos parlamentares, pois alguns deputados apontaram o diploma universitário, indicativo de uma profissão, como a profissão/ocupação exercida antes da primeira eleição. Fato que gerava, em alguns casos, uma sub-representação do grupo empresarial e em outros do setor ligado ao Estado.

A reclassificação das profissões/ocupações dos deputados dessa 51ª legislatura foi facilitada pela operacionalização das declarações de bens de 401 parlamentares, que correspondem a 21 Estados da Federação. As declarações de bens permitiram, em alguns casos, definir o setor de atividade dos empresários, e em outros casos, identificar parlamentares que realizavam (ou realizam) em conjunto com atividades de outros tipos (liberal, religiosa, estatal,

etc), a atividade empresarial. Informação que em determinadas circunstâncias estava ausente do *Repertório Biográfico*.

De modo geral, a partir da reclassificação das profissões/ocupações, o grupo empresarial é formado por 207 parlamentares, o que corresponde a 40,3% dos deputados da Câmara e a 43,5% das profissões/ocupações arroladas para o conjunto do parlamentares. Esse índice é bastante superior ao do DIAP (27,9%) e ao de Marengo dos Santos (27,7%).

Mas, se separarmos os empresários que possuem outra profissão/ocupação de tipo não empresarial associada a esta (50 casos), chegaríamos a uma cifra de 157 empresários (30,6%), índice muito próximo dos índices de Marengo dos Santos (2000) e do DIAP (1998) (Quadro II). Esse aspecto indica que as declarações de bens, apesar do risco do parlamentar ter omitido informações, foram importantes para o estabelecimento de um perfil mais atualizado da CD. Por outro lado, foi verificado que a inclusão no grupo empresarial dos 50 parlamentares que exerceram outro tipo de atividade profissional concomitante à atividade empresarial não afeta significativamente a composição dos empresários como um todo.

Quadro II – Grupo empresarial na Câmara dos Deputados
51ª Legislatura – 1999-2003

Grupo empresarial	CD	
	N	%
Empresários com atividades exclusivamente ligadas ao mercado	157	30,6
Empresários com outro tipo de atividade não empresarial	50	9,7
Total de empresários	207	40,3

Os dados do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* reforçam essa hipótese, visto que as informações do banco de dados de Rodrigues (2001) foram cotejadas com as informações do dicionário biográfico e não foram encontradas significativas discrepâncias. Pelo contrário, os dados do CPDOC apontaram para a existência de mais seis parlamentares com atividades

empresariais e que por falta das informações, no Repertório, não haviam sido tabulados como empresários. As análises que se seguem já contêm essa atualização. Por outro lado, é necessário acrescentar que, em alguns casos, os índices apresentados no transcórper dessa dissertação foram calculados sobre o *número de deputados* e não sobre o número de profissões empresariais, o que resulta que os percentuais apresentados difiram dos analisados por Rodrigues (2001), tendo em comum o mesmo banco de dados.

A utilização nesse trabalho do critério e da classificação elaborados por Leôncio Martins Rodrigues se apóia na suposição de que os dados de sua pesquisa oferecem maior precisão quanto à classificação ocupacional e profissional dos parlamentares porque: 1) foi possível conferir, e retificar as informações contidas no *Repertório* da Câmara dos Deputados a partir do exame das declarações de bens de 401 parlamentares, fonte que parece, outros pesquisadores não tiveram em mãos; 2) o critério da última ocupação/profissão antes do ingresso na vida política oferece informação mais adequada sobre os meios sociais de recrutamento para a classe política; 3) a elaboração das ocupações e das profissões do setor público permite detectar o peso do setor estatal no que diz respeito à composição da classe política brasileira.

Tais diferenças de critério e metodologia influem na avaliação do peso e importância das camadas empresariais como *locus* de recrutamento político mas não necessariamente pressupõem erros ou equívocos dos autores citados. A comparação entre as diferentes classificações indica os distintos enfoques com que os pesquisadores citados procuram captar determinados aspectos da participação empresarial na Câmara.

CAPÍTULO III

RADIOGRAFIA DO GRUPO EMPRESARIAL

O objetivo desse capítulo é apresentar um quadro geral da atual composição do grupo empresarial na Câmara dos Deputados.

Para esse propósito tomou-se, primeiramente, a distribuição dos ramos de atividade dos empresários de acordo com o seu setor de desenvolvimento: urbano, rural e misto.

Como resultado pôde-se verificar, que as atividades urbanas são predominantes nas cinco regiões da Federação, embora as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentem uma proporção mais elevada de empresários com atividades rurais e mistas. Por outro lado, há um peso diferenciado dos empresários com atividades rurais e mistas no interior das três bancadas partidárias que recrutam a maior parcela de empresários nesses dois setores de atividade: PFL, PPB e PMDB.

O PFL apresenta a menor proporção de empresários rurais e mistos no interior de sua bancada quando comparado ao PPB e ao PMDB. O peso diferenciado dos empresários rurais e mistos no interior das bancadas do PFL, do PPB e do PMDB parece ser decorrente de uma clivagem regional. Assim sendo, o PFL recruta seus empresários rurais e mistos na região Nordeste e nas demais regiões realiza um recrutamento predominantemente de empresários com atividades urbanas, o que aponta para um recrutamento local e indica a menor proporção de empresários rurais

e mistos nesse partido. O PPB apresenta um recrutamento das atividades empresariais rurais e mistas de forma mais equilibrada nas cinco regiões da Federação e o PMDB, tem seu recrutamento de empresários dos setores rural e misto baseado na região Nordeste, onde concentra grande parte dos empresários de sua bancada.

O segundo passo da abordagem sobre a atual composição do grupo empresarial na Câmara dos Deputados, consistiu em investigar algumas especificidades no interior do grupo empresarial a partir da dimensão patrimonial dos empresários.

O enfoque na dimensão patrimonial dos empresários é fruto da orientação de Leôncio Martins Rodrigues e se baseia em uma análise ainda em desenvolvimento em seu projeto de pesquisa, onde serão incluídos na análise os demais grupos sócio-profissionais: profissionais liberais e intelectuais, professores, comunicadores, parlamentares com ocupações governamentais, religiosos e membros das classes médias e populares.

A dimensão patrimonial e algumas das especificidades existentes no interior do grupo empresarial podem ser captadas a partir da estratificação desse grupo em três segmentos: pequenos, médios e grandes empresários.

O corte regional e a análise no interior de cada segmento mereceram especial atenção, visto que algumas distinções entre os pequenos, os médios e os grandes empresários passam a ganhar relevo quando são enfocadas as distintas bancadas regionais que compõem cada um dos segmentos empresariais.

Em outras palavras, o confronto entre os pequenos, os médios e os grandes empresários revela algumas distinções entre esses três segmentos empresariais. Por outro lado, a comparação entre as bancadas regionais que compõe cada um dos segmentos também é indicativa das distinções no interior de cada grupo (pequenos, médios e grandes empresários). Para citar apenas um exemplo pode-se tomar como referência à questão da escolaridade. O segmento dos pequenos empresários possui a menor taxa de parlamentares com curso superior (55%), quando comparado aos médios (76%) e aos grandes empresários (77%). Mas os pequenos empresários da

região Nordeste têm uma taxa de parlamentares com curso superior bem maior que os pequenos empresários da região Norte: 62% e 40%, respectivamente, o que aponta para uma distinção interna entre os pequenos empresários.

1 - Profissões empresariais de acordo com o setor de atividade: urbano, rural e misto

Quando se avalia o rol das ocupações/profissões dos empresários pode-se observar que as atividades relacionadas ao meio urbano são predominantes no grupo empresarial: 70,5%, índice bastante superior aos dos empresários com ocupações rurais (25,1%) e com ocupações no setor misto (12,6% - Tabela III).⁽¹⁰⁾

No setor urbano, destacam-se os donos, sócios ou proprietários de rádio e TV, os industriais e os comerciantes. Já entre os empresários com atividades no meio rural há um equilíbrio entre os pecuaristas e os agropecuaristas.

No setor das atividades mistas há somente um caso de empresário com atividades do tipo *agrobusiness*, os demais empresários atuam de forma concomitante no setor urbano e rural, fato que sugere uma diversificação nos setores de atividade desses empresários.

¹⁰ - A soma das porcentagens é superior a 100% porque alguns empresários, no decorrer de sua vida profissional, exerceram mais de uma ocupação/profissão, que podem ter sido realizadas em ramos distintos do mesmo setor de atividade: exemplo, industrial e dono ou sócio de rádio e TV; ou essas atividades podem ter sido exercidas em ramos e setores de atuação distintos, como no caso de um proprietário de hospitais privados, que também é empresário rural. Para tornar as informações mais precisas os dados foram organizados por ocupações/profissões.

Tabela III - Ocupações/profissões empresariais por setor de atividade: urbano, rural e misto

Ocupação/profissão	N	%
Dono/sócio/diretor de rádio e TV	23	11,1
Comerciante	10	4,8
Industrial	10	4,8
Administrador de empresas	8	3,9
Diretor ou prop. de hospitais privados	7	3,4
Corretor	3	1,4
Proprietário de estab. de ensino	1	0,5
Diretor de entidade recreativa ou assoc.	3	1,4
Microempresário	1	0,5
Empresário urbano sem especificação	80	38,6
Total dos empresários urbanos	146	70,5
Agropecuarista	14	6,76
Pecuarista	14	6,76
Empresário rural sem especificação	24	11,6
Total dos empresários rurais	52	25,1
Agroindustrial	1	0,5
Empresários mistos	25	12,1
Total dos empresários misto	26	12,6
Grupo empresarial	207	108,2

Mas é preciso destacar que o Repertório Biográfico não indicava o ramo de atividade de um número expressivo de empresários do setor urbano (38,6%) e do setor rural (11,6%). Por essa razão, esses empresários aparecem classificados sob a *rubrica* de empresários urbanos e empresários rurais *sem especificação*.

Para não comprometer, no decorrer da análise, a distinção sobre o tipo de atividade dos empresários, será feita menção ao ramo de atividade a partir do seu respectivo setor, ou seja, os empresários serão simplesmente designados como empresários urbanos, empresários rurais e empresários mistos.

2 - Empresários urbanos, rurais e mistos

Os empresários que desenvolvem (ou desenvolveram) uma ocupação/profissão *urbana* são predominantes na composição das cinco regiões brasileiras, mas seu peso é mais reduzido nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Essas três regiões (Nordeste, Norte e Centro-Oeste), por sua vez, apresentam os maiores percentuais de parlamentares com atividades rurais e mistas, o que indica que as atividades empresariais rurais somadas às atividades mistas, que também envolvem uma atividade do tipo rural, ainda apresentam peso significativo no recrutamento político da região Nordeste, que comparada às regiões Norte e Centro-Oeste, possui maior tradição política no cenário nacional.

Quadro III – Atividades empresariais (urbana, rural e mista) por Região

Atividade	Norte n = 29	Nordeste n = 68	Sudeste n = 64	Sul n = 31	C. – Oeste n = 15
Urbana	62,0	62,0	81,0	77,0	67,0
Rural	38,0	28,0	12,0	13,0	33,0
Mista	3,0	15,0	12,0	13,0	13,0
Total (%)	103,0	105,0	105,0	103,0	113,0

* Percentuais são superiores a 100% porque há empresários com mais de uma profissão

O cruzamento dos dados por partido dá outra indicação importante. PPB, PFL e PMDB, em conjunto, detêm mais de dois terços da representação dos empresários que possuem ocupações rurais somados aos empresários com atividades mistas.

Individualmente, o PPB e o PFL concentram cerca de um quarto dos empresários com atividades rurais e mistas, e o PMDB, cerca de um quinto. (Quadro IV, última coluna)

Porém é curioso o fato de que quando se focaliza o percentual dos empresários com atividades rurais e mistas dentro de cada uma das três bancadas (PPB, PFL e PMDB), o PFL revela um percentual de parlamentares com atividades rurais e mistas sobre seu número de empresários, mais baixo do que o PPB e o PMDB. São 22 empresários com atividades rurais e mistas sobre uma bancada de 59 empresários no PFL (37%), contra 17 sobre 35 no PPB (49%), e 14 sobre 37 no PMDB (38%). Possível explicação pode ser notada a partir do cruzamento do tipo de atividade empresarial (urbana, rural e mista) por partido e região.

**Quadro IV – Atividades urbanas, rurais e mistas por Partido
(análise horizontal)**

Partido	Bancada		Tipos de atividade			
	n	%	Urbana	Rural	Mista	Rural + Mista
PFL	59	100,0	73,0	27,0	10,0	37,0
PPB	35	100,0	69,0	29,0	20,0	49,0
PMDB	37	100,0	65,0	30,0	8,0	38,0
PSDB	35	100,0	77,0	23,0	9,0	31,0
PTB	13	100,0	61,0	8,0	31,0	39,0
PDT	5	100,0	60,0	40,0	-	40,0
PT	2	100,0	100,0	-	-	-
Outros	21	100,0	71,0	24,0	5,0	29,0

No Nordeste, entre os empresários eleitos pelo PFL, há um número maior de deputados que realizam (ou realizaram) atividades ligadas aos setores rurais e mistos do que empresários com atividades urbanas (treze contra doze)⁽¹¹⁾. Isoladamente, esse dado sugere um partido com vínculos rurais. No entanto, essa tendência não se estende para outras regiões: na região Norte, entre os nove parlamentares eleitos pelo PFL, sete possuem atividades

¹¹ - Dos 13 empresários peefelistas com atividades rurais e mistas, seis são provenientes do Estado de Pernambuco e quatro, da Bahia. Os Estados do Maranhão, do Ceará e da Paraíba possuem um empresário peefelista com atividades rurais e mistas.

urbanas. Já no Sudeste e no Sul também há um predomínio das atividades urbanas na composição peefelista, e no Centro-Oeste, um equilíbrio. O que implica, que o PFL *“recruta” mais deputados que são (ou eram) empresários com atividades rurais e mistas no Nordeste mas não nas demais regiões, onde a predominância é dos parlamentares-empresários com empreendimentos urbanos.* Daí, o peso menor das atividades rurais e mistas no interior da bancada do PFL.

Já o PPB apresenta, nas cinco regiões, uma disposição mais equilibrada entre os empresários urbanos e os empresários com atividades rurais e mistas, destacando-se uma simetria na composição da região Sudeste: dos onze empresários eleitos pelo PPB, seis são empresários urbanos e quatro possuem atividades rurais e mistas (todos de Minas Gerais), havendo ainda um deputado que combina a atividade mista com a condição de ser dono, sócio ou diretor de rádio e TV ⁽¹²⁾. Desse equilíbrio resulta o peso mais acentuado, em comparação ao PFL, das atividades rurais e mistas na bancada pepebista.

O PMDB, por sua vez, não apresenta o mesmo equilíbrio em sua distribuição empresarial por tipo de atividade, mas o Nordeste tem papel fundamental para este partido, pois, dos 37 empresários do PMDB, quinze provém dessa região, sendo que sete deles possui atividades rurais e mistas.

Os dados acima, apesar de seus limites, sugerem que *há um peso diferenciado dos setores empresariais (rurais e urbanos) no interior das bancadas partidárias de acordo com a forma como os partidos estão estruturados em cada região.* A análise da dimensão patrimonial permite uma maior aproximação do perfil regional empresarial.

¹² - O fato do PPB apresentar quatro deputados com atividades empresariais rurais e mistas provenientes de Minas Gerais, reflete a distribuição dos empresários desses dois setores nesse Estado, visto que Minas Gerais possui, entre os quatro estados da região Sudeste, o maior percentual de empresários com atividades rurais e mistas: são 44% contra 20%, em São Paulo, e nenhum empresário rural e misto nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

3- A dimensão patrimonial

Partindo das quatro faixas patrimoniais estabelecidas por Leôncio Martins Rodrigues (baixo, médio-baixo, médio alto e alto patrimônio), o grupo empresarial pode ser concebido a partir da dimensão patrimonial de seus membros.

faixas de patrimônio

1 ^a	Baixo patrimônio	menos de 200 mil reais;
2 ^a	Médio baixo patrimônio	200 mil a menos de 500 mil reais;
3 ^a	Médio alto patrimônio	de 500 mil a 2 milhões de reais;
4 ^a	Alto patrimônio	Mais de 2 milhões de reais

Fonte: Rodrigues (2001)

Esquemáticamente, o grupo empresarial pode ser estratificado em três grandes segmentos:

1º - pequenos empresários - com patrimônio até menos de 500 mil reais;

2º - médios empresários, cujo patrimônio corresponde ao montante de 500 mil a 2 milhões de reais;

3º - grandes empresários – com patrimônio acima de 2 milhões de reais.

Em relação às 158 declarações de bens referentes aos empresários, a distribuição por cada segmento indica que os médios empresários correspondem à maior fração do grupo empresarial (40%), seguida de perto pelos grandes empresários (35%) e superando em cerca de quinze pontos o segmento dos pequenos empresários (Quadro V).

Quadro V – Distribuição dos segmentos empresariais

Segmentos empresariais	N	%
Pequenos empresários	40	25,0
Médios empresários	63	40,0
Grandes empresários	55	35,0
N =	158	100,0

Se fossem incluídas na análise as declarações de bens não recebidas (49 declarações), provavelmente o segmento dos grandes empresários se tornaria superior ao dos médios empresários. Isto porque as declarações de bens não obtidas referem-se em grande parte à região Nordeste, principalmente aos Estados da Bahia e do Maranhão, que apresentam um número alto de empresários eleitos por dois dos três partidos com proporções elevadas, em suas bancadas, de deputados com alto patrimônio: PFL e PMDB.

Os dados sobre a dimensão patrimonial foram operacionalizados a partir das seguintes variáveis: 1) tipo de atividade de cada segmento empresarial (urbana, rural e mista); 2) escolaridade; 3) Estado de origem em cotejo com o Estado de eleição; 4) partido pelo qual se elegeu para essa 51ª legislatura; 5) idade de ingresso na vida política; 6) recursos utilizados para o ingresso na vida política.

Sobre a variável “recursos utilizados para o ingresso na vida política”, é necessário esclarecer que essa variável é uma adaptação de uma das variáveis do banco de dados de Leôncio Martins Rodrigues, denominada “*trunfos* para a entrada na classe política”.

A variação apresentada em recursos para o ingresso na vida política diz respeito à agregação dos *trunfos* em categorias mais amplas e à inclusão de um levantamento, ainda em fase inicial, sobre a atividade partidária dos empresários antes do ingresso no primeiro cargo eletivo.⁽¹³⁾

¹³ - Na variável “trunfos para a entrada na classe política”, de Leôncio M. Rodrigues, está contemplada a possibilidade dos candidatos terem obtido apoio da estrutura do partido ou de

São consideradas como atividades partidárias, todas as atividades relevantes exercidas junto à agremiação pela qual o empresário obteve o seu primeiro cargo eletivo. Entre essas atividades destacam-se os postos de secretário, tesoureiro, presidente ou vice-presidente de diretório municipal, estadual ou da cúpula nacional do partido ou de um de seus órgãos como secretarias de comunicação, relações internacionais, juventude, etc.

Assim sendo, os recursos para o ingresso na vida política compreendem:

a) vínculos associativos junto às entidades de classe, dando-se ênfase à distinção entre a direção de associações ou sindicatos patronais e a direção de sindicatos de trabalhadores, funcionários públicos ou de profissionais liberais;

b) atividades de direção junto a associações recreativas como clubes de futebol;

c) atividades ligadas a movimentos religiosos;

d) prestígio pessoal, derivado do desenvolvimento de uma atividade profissional/ocupacional, como as ocupações ligadas aos meios de comunicação: apresentador, radialista, jornalista, etc;

e) propriedade ou direção de meios de comunicação, facilitem a promoção pessoal;

f) influência junto a setores da classe política, evidenciada a partir da nomeação para cargos de confiança, como secretarias municipais, estaduais ou para o Ministério Público ou para cargos legislativos (assessor de gabinete), além da ocupação de postos administrativos como a direção de institutos, autarquias ou empresas e bancos estatais;

alguma de suas facções ou tendências antes da eleição para o primeiro cargo eletivo, em virtude de sua participação em campanhas eleitorais ou ocupação de cargos na cúpula partidária. O recurso, aqui denominado de “Atividade partidária”, representa uma ampliação desse trunfo, na medida em que considera também a participação partidária dos empresários em outras instâncias do partido (como no âmbito municipal e regional).

g) ocupação de cargo público ou semi-público, através de concurso, onde seja possível a obtenção de prestígio. Exemplos, médicos, professores ou mesmo o caso de notário;

h) atividade partidária;

i) vínculos políticos familiares, considerando-se os casos de prestígio herdado a partir da ascendência familiar na vida política.

Os levantamentos referentes aos vínculos políticos familiares foram realizados a partir da biografia dos parlamentares, sendo que o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC da FGV foi a principal fonte. Houve alguns parlamentares sobre os quais não foi possível obter informações, principalmente aqueles que estréiam na política a partir dessa eleição para a CD. Esses casos estão indicados no corpo das tabelas.

Foram incluídos no rol dos detentores de vínculos políticos familiares todos os empresários cuja biografia tenha demonstrado possuírem ascendente engajado na política, indiferente do cargo eletivo ocupado (no legislativo ou no executivo) ou do tempo que isso possa representar. O critério incluiu como ascendentes além de pais, avós, tios, irmãos e primos que tenham exercido cargos eletivos, os casos de legítima influência política de familiares do cônjuge quando realizado matrimônio para cima, pois os familiares procuram se ajudar nomeando cunhados, genros e, em alguns casos, nomeando o próprio cônjuge para postos públicos ou cargos que possibilitem notoriedade como no caso da direção de fundações de assistência social. ⁽¹⁴⁾

¹⁴ - Apenas como exemplo, pode-se citar o caso de uma deputada federal do Pará que ocupou posição de direção à frente de uma fundação de assistência social quando seu marido era governador do estado.

4 - Pequenos, médios e grandes empresários

As distinções entre os pequenos, os médios e os grandes empresários, podem ser observadas a partir de dois enfoques.

O primeiro, diz respeito ao cotejo entre os três segmentos empresariais: pequenos, médios e grandes empresários.

Mas ocorre que, em alguns casos, os dados agregados por segmentos empresariais (pequenos, médios e grandes empresários) acabam por ocultar distinções mais contrastantes entre os pequenos, os médios e os grandes empresários, devido ao fato da agregação equilibrar as diferenças existentes no interior de cada um desses segmentos. Torna-se necessário, portanto, dirigir a análise para o interior de cada segmento empresarial.

Assim, o segundo enfoque busca captar aspectos distintivos de cada segmento empresarial (pequenos, médios e grandes empresários), de acordo com a sua distribuição regional.

A distribuição dos segmentos por região (Quadro VI), indica que a região Norte possui uma grande proporção de pequenos empresários (44%), seguida pelas regiões Nordeste e Sul, ambas com 23% de pequenos empresários em suas bancadas.

Quadro VI – Pequenos, médios e grandes empresários por Região

Segmentos empresariais	Norte n = 23	Nordeste n = 35	Sudeste n = 63	Sul n = 30	C.-Oeste n = 7
Pequenos	44,0	23,0	21,0	23,0	29,0
Médios	39,0	37,0	36,0	54,0	29,0
Grandes	17,0	40,0	43,0	23,0	42,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os médios empresários, por sua vez, formam mais da metade da bancada empresarial da região Sul (54%) e pouco mais de um terço das bancadas das regiões Nordeste e Sudeste. Mas, o segmento predominante nessas duas regiões é composto pelos grandes empresários: 43% dos empresários da região Sudeste e, 40%, da região Nordeste, possuem um alto patrimônio. É possível que a análise das declarações de bens não obtidas aumentasse a proporção de grandes empresários na região Nordeste.

4.1 - Os dados

A distribuição dos pequenos, médios e grandes empresários, a partir do tipo de atividade desenvolvida por cada um desses segmentos, indica que os pequenos e os grandes empresários exercem (ou exerceram) atividades rurais e mistas, principalmente as atividades mistas, em proporção levemente superior aos médios empresários (Quadro VII).

Quadro VII – Tipo de atividade: pequenos, médios e grandes empresários

Tipo de atividade	Pequenos n = 40	Médios n = 63	Grandes n = 55
Urbana	62,0	68,0	62,0
Rural	23,0	26,0	18,0
Mista	15,0	6,0	20,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0

Mas é importante notar, que há uma distinção no perfil dos *pequenos e grandes empresários* com atividades *rurais e mistas*.

Entre os *pequenos empresários mistos* nota-se a associação da *atividade rural* ao desenvolvimento de atividades urbanas no setor de serviços: os pequenos empresários mistos são, além de produtores rurais, comerciantes,

corretores, proprietários ou gerentes de revendedoras de automóveis, etc. Estas atividades voltadas ao setor de serviços, são também as principais atividades desenvolvidas pelos pequenos empresários que atuam somente no setor urbano.

Já entre os *grandes empresários mistos*, além do desenvolvimento da atividade produtiva rural, há uma maior diversificação nos ramos de atuação do setor urbano. Têm-se, portanto, proprietários, sócios ou administradores de meios de comunicações (rádio e TV), hospitais, transportadoras de cargas e de bens e valores, além de industriais.

Os *grandes e os pequenos empresários rurais*, como seria de se esperar, também se distanciam em seus setores de atividades.

Os *grandes empresários rurais*, em maioria provenientes da região Nordeste, vêm do Estado pelo qual se elegeram, enquanto os *pequenos empresários rurais*, provenientes em geral da região Norte, podem ser considerados como um conjunto de “forasteiros”, pois não são originários do Estado que representam na Câmara.

A região Norte, inclusive, é responsável por parcela significativa dos empresários forasteiros representados na Câmara nos três segmentos empresariais: pequenos, médios e grandes empresários (Quadro VIII).

Quadro VIII – Empresários não originários do Estado pelo qual se elegeram para essa 51ª legislatura da CD

Originário do Estado pelo qual se elegeu	Pequenos n = 11	Médios n = 19	Grandes n = 15
Norte	64,0	37,0	21,0
Nordeste	-	16,0	13,0
Sudeste	18,0	10,0	40,0
Sul	-	32,0	13,0
Centro-Oeste	18,0	5,0	13,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0

No caso do segmento dos *médios empresários*, a presença dos *forasteiros* se deve, em grande parte, às regiões Norte e Sul, e, entre os grandes empresários, à região Sudeste.

Em termos da escolaridade, os *pequenos empresários rurais* se aproximam dos *grandes empresários rurais*: sete em nove com curso superior. A possível explicação se encontra associada a dois fatores: um regional e outro, sócio-profissional.

O fator regional diz respeito à região Nordeste, visto que todos os empresários rurais dessa região possuem curso superior. O fator sócio-profissional se refere à presença, no grupo dos *pequenos empresários rurais*, de alguns parlamentares que exerciam uma outra profissão de cunho não empresarial relacionada à obtenção de um curso superior como médicos ou funcionários do Estado.

Mas, a alta proporção de *pequenos empresários rurais* com curso superior não muda, de forma significativa, as diferenças de escolaridade entre os pequenos, os médios e os grandes empresários. Os pequenos empresários, além de apresentarem o menor índice de deputados com curso superior (55%), possuem também a maior proporção de empresários com um grau mais baixo de escolaridade: 25% possuem no máximo o 2º grau (Quadro IX).

Fenômeno oposto ocorre com os grandes empresários. Juntamente com os médios empresários possuem a maior proporção de parlamentares com curso superior e mestrado e ou doutorado (81%).

Quadro IX – Escolaridade: pequenos, médios e grandes empresários

Escolaridade	Pequenos n = 40	Médios n = 59	Grandes n = 53
Até o 2º Grau completo	25,0	10,0	13,0
Superior incompleto	18,0	9,0	6,0
Superior completo	55,0	76,0	77,0
Mestrado e Doutorado	2,0	5,0	4,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0

* Entre os médios empresários há 4 parlamentares sobre os quais não foram obtidas informações sobre a escolaridade. Entre os grandes empresários o fato se repete para 2 parlamentares.

Sócio-economicamente, os dados que caracterizam os pequenos empresários sugerem a existência de um grupo de “forasteiros”, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, que possui um baixo índice de escolaridade e que encontrou, nessas duas regiões, uma maneira de ascender social e politicamente.

Os grandes empresários, por sua vez, principalmente os grandes da região Nordeste, vêm da elite (índice de localismo alto) e apresentam altos níveis de escolaridade ⁽¹⁵⁾.

Outro traço que distingue os pequenos, médios e grandes empresários se relaciona à forma de ingresso dos parlamentares desses segmentos no meio político (conquista do primeiro cargo eletivo) e aos recursos utilizados para essa finalidade.

Os pequenos empresários, comparados aos médios e aos grandes empresários, possuem uma proporção significativa de parlamentares que

¹⁵ - Essa tendência já havia sido notada por Rodrigues (1987), ao analisar a escolaridade paterna dos deputados constituintes (1986-88), e observar as altas taxas de escolaridade paterna dos deputados da região Nordeste e de Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, indicando, como consequência, a maior possibilidade de recrutamento desses parlamentares no interior das classes altas.

conquistaram o primeiro cargo eletivo até os 30 anos de idade: são 30% dos pequenos empresários contra 19% dos médios, e 15% dos grandes empresários (Quadro X). Parcela significativa dos pequenos empresários que ingressam no meio político até os 30 anos de idade é proveniente da região Sul.

**Quadro X – Idade de ingresso no meio político:
pequenos, médios e grandes empresários**

Idade	Pequenos n = 40	Médios n = 59	Grandes n = 55
Até 30 anos	30,0	19,0	15,0
De 31 a 40 anos	32,0	29,0	41,0
Acima de 40 anos	38,0	52,0	44,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0

Do lado oposto, é no segmento dos médios empresários que se concentra a maior proporção de parlamentares com ingresso no meio político após os 40 anos de idade (52%), seguido do grupo dos grandes empresários (44%). A maior proporção de médios empresários que conquistou seu primeiro cargo eletivo após os 40 anos de idade é proveniente da região Sudeste. A região Sudeste apresenta, por sinal, também as maiores proporções de parlamentares que ingressam na política após os 40 anos entre os pequenos e os grandes empresários ⁽¹⁶⁾.

Sugerir as variáveis que influenciam o ingresso dos empresários no meio político em uma das faixas etárias aqui mencionadas é uma tarefa que exigiria um conhecimento bastante metódico da biografia de cada um dos deputados. O que se poderá verificar nessa dissertação, adiante (Capítulos V e VI), é que há uma diferença entre os recursos utilizados pelos empresários para ingressar no meio político e em suas trajetórias até a CD, de acordo com a faixa

¹⁶ - Somando-se os empresários dos três segmentos empresariais, 34 conquistaram o seu primeiro cargo eletivo após os 40 anos, sendo que 13 foram eleitos para a CD por Minas Gerais; 12, por São Paulo; e 9, pelo Rio de Janeiro.

patronais é um recurso muito utilizado pelos empresários que ingressam na política após os 40 anos de idade, e praticamente inexistente entre os empresários que ingressam na política mais jovens. Por outro lado, os empresários que obtêm o primeiro cargo eletivo após os 40 anos de idade possuem carreiras mais curtas até a ascensão na CD. Os dados sugerem, portanto, que a maior dedicação à atividade profissional empresarial e o fortalecimento de vínculos junto aos pares (como a direção sindical patronal) são fatores que aumentam as possibilidades de passagem direta para a Câmara dos Deputados.

Especificamente, no tocante à dimensão patrimonial, também podem ser observadas algumas diferenças entre os recursos utilizados para a conquista do primeiro cargo eletivo, ou seja, para o ingresso na classe política.

Os pequenos empresários utilizam-se de três categorias de recursos: a indicação para cargos públicos (45%), as atividades partidárias (20%) e os recursos relacionados ao prestígio pessoal (12%), às atividades junto aos movimentos religiosos (5%), e à propriedade de meios de comunicação (principalmente rádio, 3%), que agrupados representam 20% dos recursos utilizados pelos pequenos empresários. Esses recursos ligados ao prestígio e às atividades associativas são mais usados na região Sudeste, pelos empresários urbanos (Quadro XI).

**Quadro XI – Recursos para o ingresso no meio político:
pequenos, médios e grandes empresários**

Idade	Pequenos n = 40	Médios n = 63	Grandes n = 55
Indicação para cargo público	45,0	33,0	22,0
Direção de associações ou sindicatos patronais	10,0	14,0	22,0
Vínculos políticos familiares	15,0	22,0	27,0
Atividade partidária	20,0	8,0	4,0
Prestígio pessoal	12,0	13,0	4,0
Atividades religiosas	5,0	5,0	11,0
Propriedade de meios de comunicação	3,0	5,0	5,0
Cargo pub. A partir de concurso	3,0	2,0	5,0
Não possui + sem informação	8,0	10,0	22,0
Total (%)	121,0	112,0	122,0

Um segundo aspecto verificado é que a indicação para cargos públicos e as atividades partidárias declinam, na medida em que se caminha na direção dos grandes empresários. Os recursos ligados ao prestígio pessoal e às atividades associativas religiosas se mantêm e, há um crescimento da utilização dos vínculos políticos familiares e da direção de sindicatos ou associações patronais. Os vínculos políticos familiares e a direção sindical representam, respectivamente, 22% e 27% dos recursos utilizados pelos grandes empresários, o que sugere, principalmente no que toca à direção sindical patronal, que existe uma relação entre o patrimônio elevado, resultante da dedicação à atividade empresarial, e a dedicação às atividades associativas no meio sócio-ocupacional.

A soma percentual é maior que 100% devido ao fato de alguns empresários apresentarem mais de um dos recursos mencionados acima, como instrumento de ingresso na classe política. Particularmente, os vínculos políticos familiares aparecem combinados à indicação para cargos públicos (38% do total de casos nos três segmentos) e a direção de sindicatos e associações patronais (12%).

Um último traço distintivo, entre os deputados pertencentes ao segmento dos pequenos, médios e dos grandes empresários, trata-se da maneira como esses empresários estão representados no interior das agremiações partidárias.

A distribuição partidária dos segmentos empresariais indica uma maior concentração dos grandes empresários no interior das quatro maiores agremiações partidárias na Câmara: PFL, PPB, PSDB e PMDB.

Pelo critério da dimensão patrimonial, o PFL concentra 33% dos parlamentares que formam o grupo dos grandes empresários, seguido pelo PPB, 22% (Quadro XII). A representatividade dos grandes empresários nas

bancadas do PFL e do PPB já foi indicada por Rodrigues (2001), quando o autor abordou a proporção de parlamentares com alto patrimônio no interior dessas duas bancadas partidárias. Os grandes empresários peefelistas são provenientes das regiões Nordeste e Sudeste, provavelmente pelo fato desse partido concentra sua representação nessas regiões. Na região Sudeste também se dá o recrutamento dos grandes empresários da bancada do PPB.

Quadro XII – Pequenos, médios e grandes empresários por Partido

Partido	Pequenos	Médios	Grandes
PFL	17,0	27,0	33,0
PPB	15,0	17,0	22,0
PMDB	20,0	19,0	14,0
PSDB	20,0	21,0	14,0
PDT	2,0	5,0	2,0
PT	5,0	-	-
PTB	10,0	3,0	9,0
Outros	10,0	8,0	5,0
n	40	63	55

Os médios empresários têm mais forte presença no PFL (27%), no PSDB (21%) e no PMDB (19%) e são provenientes das regiões Nordeste e Sudeste.

Os pequenos empresários, por sua vez, se distribuem de forma mais homogênea entre as bancadas partidárias, tendo peso significativo em praticamente cinco partidos: PMDB (20%); PSDB (20,0%); PFL (17%); PPB (15%) e PTB (10%). Por outro lado, o *recrutamento regional* dos pequenos empresários também se apresenta de forma mais homogênea, de acordo com a sua presença no interior de cada partido. Assim, na bancada do PMDB se encontram os pequenos empresários da região Norte, Sudeste e da região Sul. O PSDB é representado, predominantemente, pelos pequenos empresários da região Sudeste. A região Sudeste também abriga parcela dos pequenos

empresários do PFL e do PPB, mas a outra parcela significativa dos empresários do PFL provem da região Norte, e a do PPB, da região Sul.

As características do recrutamento do PPB, do PFL, do PMDB e do PSDB poderão ser observadas no próximo Capítulo (IV), onde será abordado como a presença empresarial se relaciona com o padrão regional de estruturação desses partidos, resultante da eleição de 1998.

5- Conclusão

À guisa de conclusão, de acordo com a dimensão patrimonial, pode-se traçar o seguinte perfil dos deputados que foram empresários antes do início da carreira política.

O segmento dos pequenos empresários é formado por produtores rurais e por parlamentares com atividades urbanas, relacionadas ao setor de serviços, principalmente ao comércio. Por outro lado, uma parcela desses deputados classificados como pequenos empresários é formada por forasteiros, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, visto que não pertencem aos Estados que representam na Câmara, nessa legislatura.

O segmento dos *pequenos empresários rurais* possui escolaridade comparativamente mais alta em relação aos demais componentes do grupo, por conter deputados da região Nordeste, em geral com formação superior, e por ser composto por deputados que foram médicos ou exerceram atividades no setor estatal.

Mas em geral, os pequenos empresários, como um todo, possuem baixo índice de escolaridade, fator que aliado à presença de forasteiros, indica que

esses deputados encontraram nos Estados, pelos quais se elegeram na CD, uma maneira de ascender social e politicamente.

O ingresso dos pequenos empresários no meio político tende a ocorrer em idade mais jovem do que o dos médios e dos grandes empresários.

Os dados indicam que o ingresso no meio político em idade mais jovem realizado pelos pequenos empresários é resultante da utilização de recursos político-eleitorais ligados às atividades partidárias e de recursos associativos, como os ligados aos movimentos religiosos, ou outros tipos de atividades que possam tê-los ajudado a se popularizar ou obter votos (caso de radialistas, comunicadores ou diretores de clubes esportivos).

O segmento dos deputados que são (ou foram) médios empresários é formado por empresários do setor urbano, que predominam nas regiões Sudeste e Sul.

A taxa de escolaridade desses médios empresários é elevada. Seu recrutamento para o meio político parece ter se desenvolvido a partir de uma base local, com exceção à região Sul e à região Norte, e a eleição dos médios empresários para essa legislatura na Câmara está associada, principalmente, aos partidos de centro: PSDB e PMDB.

O PSDB e o PMDB formam, respectivamente, a segunda e a terceira bancadas com maior proporção de médios empresários, ficando atrás somente do PFL.

Finalmente, os grandes empresários, também possuem recrutamento com base local, principalmente na região Nordeste. Esse segmento é formado por grandes empresários rurais e grandes empresários do setor urbano, que juntamente com os empresários mistos, possuem diversificada atuação empresarial junto aos meios de comunicação, hospitais, grandes transportadoras, além do ramo industrial.

Os níveis de escolaridade dos grandes empresários são elevados e, associados ao recrutamento de base local, na região Nordeste, sugerem que esses deputados foram recrutados de setores da elite.

Parcela significativa dos deputados do segmento dos grandes empresários possui maior representatividade no interior das bancadas do PFL e do PPB, e obteve seu primeiro cargo eletivo em idade mais madura (após os 31 anos), beneficiados pela indicação para cargos públicos, por vínculos políticos familiares e, sobretudo, pela direção de sindicatos ou associações patronais, recurso que sugere uma maior dedicação desse grupo à atividade empresarial e ao convívio com os pares no meio sócio-ocupacional.

SEGUNDA ETAPA

CAPÍTULO IV

EMPRESÁRIOS POR REGIÃO E PARTIDO

A análise desenvolvida nessa seção tem como objetivo mostrar as vias de entrada mais comuns dos empresários na vida política, focalizando o caso dos partidos que possuem elevada proporção de empresários em sua representação (PPB, PFL, PMDB e PSDB).

A análise da representação parlamentar e da representação empresarial do PPB, PFL, PMDB e do PSDB revela que esses partidos concentram sua força político-eleitoral, na atual configuração da Câmara, em determinadas regiões.

Em relação à *representação parlamentar* pode-se verificar que o PFL elegeu grande parte dos seus deputados federais nas regiões Nordeste (44,8%) e Sudeste (24,8%). O PSDB também apresenta um índice significativo de parlamentares eleitos por essas duas regiões, porém em ordem inversa: 43,4% na região Sudeste e 27,3% na região Nordeste (Tabela IV, *infra*). Pode-se alegar, que essas duas regiões apresentam o maior número de deputados, logo, *ceteris paribus*, têm o maior número absoluto de parlamentares. Mas, é importante notar, que a representação de cada partido varia de acordo com a

força eleitoral de seus competidores. Neste sentido, o PMDB possui a segunda maior bancada nas regiões Nordeste e Sul, e a terceira, na região Sudeste. Nessas três regiões, o PMDB concentra $\frac{3}{4}$ de sua representação na CD.

O PPB elegeu seus deputados federais, principalmente, nas regiões Sudeste (43%), Sul (23%), e na região Norte (15%).

Tabela IV – Representação política do PPB, do PFL, PMDB e do PSDB Na Câmara dos Deputados

Partido	Bancada na CD		Norte %	Nordeste %	Sudeste %	Sul %	C.-Oeste %
	n	%					
PFL	105	100,0	16,0	45,0	25,0	9,0	5,0
PSDB	99	100,0	13,0	27,0	43,0	8,0	8,0
PMDB	83	100,0	12,0	35,0	20,0	17,0	14,0
PPB	60	100,0	15,0	12,0	43,0	23,0	7,0

A representação empresarial desses quatro partidos também se apresenta, regionalmente, concentrada.

Os empresários têm peso acentuado sobre o número de deputados federais eleitos pelo PFL nas regiões Sul (80%), Sudeste (61%) e Centro-Oeste (60% - Tabela V).

No PPB, os empresários representam $\frac{3}{4}$ da composição parlamentar desse partido nas regiões Sul (71%) e Centro-Oeste (75%). Já na região Norte, 89% dos deputados federais pegebistas são empresários. Na região Sudeste, de onde provem a maior parcela de deputados federais do PPB, a proporção de empresários é bem menor, indicando um recrutamento mais diversificado do partido nessa região.

Tabela V – Representação empresarial sobre a bancada regional do PPB, do PFL, do PMDB e do PSDB na Câmara dos Deputados

Partido	Nº de empresários sobre total da bancada					
	CD	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
PFL	59/105 (56,0%)	9/17 (53,0%)	23/47 (49,0%)	16/26 (61,0%)	8/10 (80,0%)	3/5 (60,0%)
PSDB	35/99 (35,0%)	2/13 (15,0%)	12/27 (44,0%)	17/43 (39,0%)	3/8 (37,0%)	1/8 (12,0%)
PMDB	37/83 (45,0%)	6/10 (60,0%)	15/29 (52,0%)	8/17 (47,0%)	5/14 (36,0%)	3/12 (25,0%)
PPB	35/60 (58,0%)	8/9 (89,0%)	3/7 (43,0%)	11/26 (42,0%)	10/14 (71,0%)	3/4 (75,0%)

O PMDB e o PSDB possuem uma proporção próxima de deputados-empresários em duas regiões bem diferenciadas: Nordeste e Sudeste. Na região Nordeste os empresários representam 52% dos deputados federais eleitos pelo PMDB e 44% da composição do PSDB. Na região Sudeste, por sua vez, o PMDB apresenta 47% de sua bancada formada por empresários e os PSDB, 39%. A maior diferença na representação empresarial existente entre o PMDB e o PSDB se encontra na região Norte, onde 60% da bancada peemedebista é formada por empresários contra 15% da bancada do PSDB.

Em síntese, os dados sobre a representação empresarial no interior das bancadas do PPB, PFL, PMDB e do PSDB dão uma indicação da importância do recrutamento dos empresários na atual composição desses quatro partidos.

1- A contribuição parlamentar dos empresários

Outra indicação da influência do recrutamento empresarial na composição partidária do PPB, PFL, PMDB e do PSDB pode ser observada a partir da proporção de empresários ingressantes na CD, eleitos em 1998, sobre as cadeiras conquistadas por cada partido: os empresários ingressantes na Câmara em 1998 contribuíram, de modo significativo, para o crescimento ou para a manutenção das bancadas regionais do PPB, PFL, PMDB e do PSDB, conforme indica a Tabela VI.

Dois pontos devem ser previamente assinalados:

i) Foram considerados como empresários ingressantes na CD, todos os empresários que não tenham exercido o cargo eletivo de deputado federal na condição de titular. Nesse sentido, o critério inclui os empresários que foram deputados federais como suplentes em outras legislaturas;

ii) Os números negativos presentes na Tabela VI indicam a perda de cadeiras pelos partidos. Nesses casos, como nos casos em que o número de empresários ingressantes é maior que o número de cadeiras obtidas pelos partidos, ocorreu maior rotatividade no interior das bancadas. Necessariamente, essa rotatividade não implica uma renovação no grupo empresarial, mas simplesmente, que uma cadeira ocupada por um deputado eleito em 1994 foi assumida por um empresário em 1998.

Tabela VI – Número de empresários ingressantes sobre o número de cadeiras obtidas na eleição de 1998 por partido e região

Partido	Nº de empresários sobre total da bancada				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
PFL	6/9	5/-4	6/9	2/0	½
PSDB	0/8	5/6	8/13	0/5	0/5
PMDB	3/-7	9/-1	3/-15	2/-3	1/1
PPB	3/-5	0/0	1/10	3/2	0/1

A Tabela VI indica que, entre as nove cadeiras conquistadas pelo PFL nas regiões Norte e Sudeste, 67% delas foram obtidas por empresários. Os empresários são responsáveis também por grande parcela das vagas na Câmara obtidas pelo PSDB nas regiões Nordeste e Sudeste (83% e 61% respectivamente) e pelas duas cadeiras conquistadas pelo PPB na região Sul. Mas na região Sudeste, onde o PPB conquistou dez cadeiras na CD, apenas um empresário figura entre os ingressantes, o que é curioso, pois o PPB possui muitos empresários. A explicação para a baixa presença empresarial entre os ingressantes eleitos pelo PPB se encontra no fato de que, somente quatro, dos dez deputados que o PPB elegeu a mais, na região Sudeste, estrearam na CD em 1998, os demais foram eleitos em 1994 sob a legenda de outros partidos, principalmente, pelo PMDB (três casos). Portanto, considerando as dez cadeiras conquistadas pelo PPB, nota-se que quatro delas foram ocupadas por empresários (somente um estreante) e, as outras seis, foram ocupadas por deputados pertencentes a outros grupos sócio-profissionais, o que reforça a idéia do PPB apresentar, na região Sudeste, um recrutamento mais diversificado.

Outro aspecto da contribuição empresarial para a representação parlamentar do PPB, do PFL e do PMDB refere-se à possível manutenção das bancadas regionais desses partidos. Neste sentido, observa-se que o PMDB elegeu nove empresários ingressantes na região Nordeste. Mas, perdeu, nessa região, uma cadeira na Câmara de 1994 para 1998.

Se for levado em consideração que o PMDB, além da cadeira perdida, teve em 1998 uma rotatividade de 14 parlamentares na sua bancada nordestina, a eleição dos nove empresários indica que se as suas candidaturas não tivessem tido êxito o PMDB teria sofrido perdas maiores na região Nordeste. Tendência semelhante pode ainda ser sugerida, na região Norte para o PMDB e para o PPB, e na região Nordeste, para o PFL.

O recrutamento empresarial, portanto, parece ter desempenhado, nas eleições de 1998, importante papel no processo de ampliação da representação parlamentar do PFL na região Sudeste; do PPB, na região Sul; do PSDB, nas regiões Nordeste e Sudeste, e na manutenção das bancadas peemedebista e peefelista na região Nordeste, e das bancadas do PPB e do PMDB na região Norte.

2 - Perfil dos empresários ingressantes

Um breve levantamento dos empresários ingressantes na Câmara pelo PPB, PFL, PMDB e pelo PSDB permite visualizar algumas diferenças no recrutamento empresarial de cada um desses partidos.

Em termos da experiência política pregressa ao ingresso na Câmara dos Deputados o PFL, o PMDB e o PSDB apresentam uma proporção bastante próxima de empresários ingressantes que tiveram passagem por cargos eletivos: são 50% dos empresários ingressantes do PFL; 56% do PMDB e 57%, do PSDB (Quadro XIII). O PPB, por sua vez, possui o maior número de empresários ingressantes com experiência política prévia à CD: 86% de sua bancada.

Quadro XIII – Empresários ingressantes: experiência política prévia à CD

Partido	Experiência política prévia à CD		
	Possui %	Não possui %	Total n %
PFL	50,0	50,0	20 100,0
PMDB	56,0	44,0	18 100,0
PSDB	57,0	43,0	14 100,0
PPB	86,0	14,0	7 100,0

Outra indicação sobre o ingresso empresarial pelo PPB, PFL, PMDB e pelo PSDB pode ser obtida a partir dos vínculos estabelecidos entre os empresários ingressantes e seus respectivos partidos. Os vínculos entre os empresários e suas respectivas agremiações podem ser mensurados a partir de três variáveis: *i)* número de filiações partidárias anterior ao atual partido; *ii)* atividades partidárias exercidas na atual agremiação antes de se eleger para a Câmara; e *iii)* tempo de filiação no atual partido.

Os dados do Quadro XIV revelam que metade dos empresários que ingressaram na Câmara em 1998 pelo PMDB e pelo PSDB desenvolveram, antes da sua eleição, algum tipo de atividade ligada à máquina partidária, entre elas: presidente ou vice-presidente de diretório, membro de comissão executiva ou secretário, ligados aos diretórios no âmbito municipal ou estadual, principalmente. No PPB, o índice se eleva para 57% e no PFL, chega a 60%.

Quadro XIV – Empresários ingressantes: desenvolvimento de atividade partidária antes do ingresso na CD em 1998

Partido	Atividade partidária		
	Desenvolveu %	Não desenvolveu %	Total n %
PFL	60,0	40,0	20 100,0
PMDB	50,0	50,0	18 100,0
PSDB	50,0	50,0	14 100,0
PPB	57,0	43,0	7 100,0

Em relação ao número de filiações partidárias, é notável que 67% dos novos deputados-empresários do PMDB foram filiados somente a este partido. A filiação ao PMDB, no caso, está sendo compreendida como a filiação ao bloco MDB/PMDB, da mesma forma que a filiação ao PPB compreende o bloco ARENA/PDS/PPR/PPB. Mas entre os empresários ingressantes do PPB nota-se que o índice dos empresários com filiação exclusiva ao bloco

ARENA/PDS/PPR/PPB (42%) é 24 pontos percentuais menor do que o apresentado pelo PMDB.

A segunda bancada com maior proporção de empresários ingressantes radicados no próprio partido é a bancada do PFL: metade dos peefelistas sempre pertenceu a esse partido (Quadro XV). Entretanto, o tempo de filiação dos peefelistas é bem mais reduzido do que o tempo de filiação dos empresários ingressantes do PMDB (Quadro XVI).

Quadro XV – Filiações partidárias antes do ingresso no atual partido pelo qual se elegeu

Partido	Filiações Partidárias			
	Nenhuma %	Uma %	Duas ou + %	Total n %
PFL	50,0	45,0	5,0	20 100,0
PMDB	67,0	11,0	22,0	18 100,0
PSDB	36,0	28,0	36,0	14 100,0
PPB	42,0	29,0	29,0	7 100,0

Entre os empresários ingressantes pelo PFL, parcela significativa possuía até 2 anos de filiação no partido antes do ingresso na Câmara. O fato sugere que o PFL ampliou parte de sua representação na Câmara a partir da promoção de empresários oriundos de seus quadros, mas com pequeno tempo de filiação partidária.

Já o PMDB, além de recrutar grande parcela de empresários com filiação exclusiva ao partido, parece ter promovido ou ter sido beneficiado pela ascensão de empresários com longo tempo de permanência partidária: 44% dos empresários ingressantes do PMDB possuem mais de 10 anos de filiação no bloco MDB/PMDB (Quadro XVI).

**Quadro XVI – Tempo de filiação partidária na agremiação,
pela qual foi eleito em 1998**

Partido	Bancada		Tempo de Filiação Partidária			
			Até 2 anos	De 2 a menos de 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
PFL*	19	100,0	48,0	26,0	5,0	21,0
PMDB	18	100,0	22,0	12,0	22,0	44,0
PSDB*	11	100,0	18,0	36,0	46,0	-
PPB	7	100,0	-	43,0	43,0	14,0

* Estão excluídos da base de cálculos 3 empresários do PSDB e 1, do PFL, sobre os quais não foram obtidas informações sobre o tempo de filiação

O PSDB não possui um perfil muito distinto do PMDB, visto que cinco dos seus empresários ingressantes possuem de 5 a 10 anos de filiação em sua bancada. Mais exatamente, são dois parlamentares com 8 anos de filiação; um com 9 anos e, dois, com 10 anos. Em outras palavras, esses empresários ingressantes se não participarão da fundação do PSDB, ingressaram no partido pouco tempo depois.

O PPB parece ser o partido que mais se distancia dos demais: apresenta uma reduzida proporção de empresários ingressantes provenientes do bloco ARENA/PDS/PPR/PPB. Por outro lado, os empresários ingressantes com tempo de filiação de 2 a 5 anos (36%) são quase a mesma proporção dos empresários ingressantes com tempo de filiação de 5 a 10 anos (43%). O fato sugere que, ao lado dos remanescentes do PDS, o PPB promoveu para a Câmara, na eleição de 1998, um grupo de empresários vindos de outras agremiações partidárias, com experiência política pregressa, mas com uma filiação recente no PPB.

As distinções na forma de ingresso dos empresários na Câmara, de acordo com a agremiação pelo qual se elegeram (PPB, PFL, PMDB e PSDB), sugerem que esse grupo de empresários possui razoáveis vínculos com seus partidos, pois, em linhas gerais, um número significativo dos empresários

ingressantes apresenta filiação exclusiva ao partido pelo qual se elegeu (51%) e o desenvolvimento de atividades no interior da agremiação partidária (54%).

3- Conclusão

A análise da representação empresarial no interior dos quatro partidos (PPB, PFL, PMDB e PSDB), que apresentam as maiores proporções de empresários em sua bancada, indicou que a presença empresarial aparece de forma regionalmente concentrada, de acordo com a agremiação partidária. Assim sendo, os empresários têm peso acentuado sobre o número de deputados federais eleitos pelo PFL nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No PPB, representam $\frac{3}{4}$ da composição parlamentar desse partido nas regiões Sul e Centro-Oeste e a quase totalidade da bancada pepebista na região Norte (89%). Mas, na região Sudeste a proporção de empresários é bem menor, indicando um recrutamento mais diversificado do PPB nessa região.

O PMDB e o PSDB possuem uma proporção próxima de deputados-empresários em duas regiões bem diferenciadas: Nordeste e Sudeste, apresentando uma forte discrepância na região Norte, onde 60% da bancada do PMDB e formada por empresários contra 15% da bancada do PSDB.

Outra indicação importante, sobre a presença empresarial nesses quatro partidos, é que a eleição dos empresários, em 1998, parece ter desempenhado importante papel no processo de ampliação da representação parlamentar do PFL na região Sudeste; do PPB, na região Sul; do PSDB, nas regiões Nordeste e Sudeste, e na manutenção das bancadas peemedebista e peefelista na região Nordeste, e das bancadas do PPB e do PMDB na região Norte.

No que toca aos vínculos entre os empresários e suas respectivas agremiações partidárias, a análise dos empresários ingressantes na CD em 1998, revelou que segmento representativo desses empresários possuía filiação única ao partido pelo qual foi eleito, tendo razoável tempo de admissão e desenvolvido algum tipo de atividade no interior da organização, como presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro ou membro de diretório os secretaria do partidos, nos âmbitos municipal, estadual ou nacional.

CAPÍTULO V

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS EMPRESÁRIOS

A trajetória política do grupo empresarial é abordada nessa pesquisa a partir de dois enfoques específicos.

O primeiro parte das características dos empresários que ingressaram na vida política diretamente pela Câmara dos Deputados. Nessa condição se encontram 102 parlamentares do grupo empresarial (49%), sendo que o cruzamento dos dados desses empresários pela faixa etária de seu ingresso no meio político (até 30 anos; de 31 a 40 anos; e acima de 40 anos) e pelo patrimônio revela dois aspectos:

1º) grande parcela dos empresários que iniciou sua carreira política pela Câmara dos Deputados foi eleita com mais de 40 anos de idade;

2º) número significativo dos empresários, que ingressaram na política pela CD após 40 anos, possui médio-alto e alto patrimônio, o que sugere que o patrimônio mais elevado aumenta as chances dos empresários, que ingressam na política em *idade tardia*, de se elegerem para a CD sem passarem por outros cargos eletivos. Mas não se deve superestimar a influência que a posse de alto patrimônio pode exercer sobre o ingresso direto na CD. Por um lado, porque o

patrimônio declarado em 1997 pode já ter sofrido uma valorização decorrente do desenvolvimento da atividade política em legislaturas anteriores no parlamento, visto que 67% dos empresários que ingressaram na política direto pela CD possuem mais de uma legislatura. Por outro, porque uma parcela de empresários, com patrimônio mais baixo, também realizou o seu ingresso na política diretamente pela CD, o que sugere a presença de outra espécie de recursos políticos como responsável pelo acesso direto à Câmara dos Deputados.

O segundo enfoque sobre a trajetória política do grupo empresarial se concentra no grupo de empresários (105 casos, 51%) que desenvolveu uma carreira política antes da conquista de uma cadeira na CD. Esses empresários detentores de experiência política exerceram, principalmente, cargos eletivos nas assembleias estaduais e executivos municipais, incluindo-se aí, a condição de vice-prefeito.

A clivagem regional e a idade de ingresso na vida política marcam as especificidades existentes no interior desse grupo, no sentido de que permitem perceber como se deu o ingresso dos empresários na classe política e os principais cargos eletivos ocupados por eles, de acordo com as bancadas regionais.

Do ângulo regional, os empresários que foram deputados estaduais e prefeito ou vice se concentram na bancada empresarial nordestina, enquanto os empresários que passaram pelas câmaras municipais têm presença mais acentuada nas bancadas da região Sul e Sudeste.

Já no tocante ao desenvolvimento da carreira política, percebe-se que a idade de ingresso dos empresários na vida política distingue os postos que marcam o início de sua carreira: os empresários que iniciaram mais jovens (até 30 anos) a sua carreira política, em geral, tiveram como primeiro cargo eletivo um posto na vereança, enquanto os empresários que ingressam após os 40 anos

de idade, iniciaram sua carreira por postos hierarquicamente mais elevados, como as assembleias estaduais e as prefeituras.

As diferenças nas formas de ingresso na política e nas trajetórias percorridas pelos empresários até a CD, como poderá ser visto no Capítulo VI, parece se relacionar com os recursos constituídos pelos membros do grupo empresarial antes de se lançarem na vida política.

1- O ingresso no campo político a partir da Câmara dos Deputados

No interior do grupo empresarial, 102 empresários iniciaram a sua vida política elegendo-se diretamente para a Câmara dos Deputados. Esse segmento representa praticamente metade dos deputados-empresários que participam dessa legislatura na Câmara: 49% (Quadro XVII).

Quadro XVII – Experiência política antes do ingresso na CD

Experiência política prévia à CD	n	%
Não Possui	102	49,0
Possui	105	51,0
N =	207	100,0

Em comparação com os empresários eleitos em outras legislaturas, nota-se que, na eleição de 1998, ocorreu uma diminuição da proporção de empresários que ingressaram diretamente na Câmara. A tendência é que a proporção de empresários, que ingressou na Câmara sem experiência política, cresce progressivamente, na medida em que se eleva o número de legislaturas exercidas pelo grupo empresarial: 42% dos empresários com uma legislatura (a atual) ingressaram diretamente na Câmara, contra 52% dos empresários com

duas; 52%, com três legislaturas; e 60% dos empresários com quatro ou mais legislaturas (Quadro XVIII).

Quadro XVIII – Empresários que ingressaram diretamente na Câmara dos Deputados por Legislaturas

Ingresso direto na CD	n	Legislaturas			
		Uma	Duas	Três	Quatro ou mais
Empresários	102/207 (49,0%)	34/80 (42,0%)	31/60 (52,0%)	22/42 (52,0%)	15/25 (60,0%)

A mesma tendência se repete para composição da Câmara como um todo. Na Câmara do Deputados, 34% dos deputados federais que ingressaram em 1998 não possui experiência política progressiva contra 57% dos parlamentares que estão com quatro ou mais legislaturas (Quadro XIX).

Quadro XIX – Deputados federais que ingressaram diretamente na Câmara dos Deputados por Legislaturas

Ingresso direto na CD	N	Legislaturas			
		Uma	Duas	Três	Quatro ou mais
CD	216/513 (42,0%)	70/205 (34,0%)	63/152 (41,0%)	45/89 (51,0%)	38/67 (57,0%)

Os dados reforçam, parcialmente, a observação feita por Santos (2000) de que, no atual período democrático (1987-1999), os parlamentares que permaneceram mais tempo na Câmara dos Deputados não possuíam “experiência política relevante” (Santos:2000,111).⁽¹⁷⁾

¹⁷ - Parcialmente porque, como será visto adiante, há um contingente de empresários que apresenta uma experiência política relevante à frente dos executivos municipais e que tem se mantido na CD.

Por outro lado, enfraquecem a hipótese de que os deputados que ingressam sem experiência política na Câmara não desenvolvem condições para a sua reeleição. Exemplo dessa premissa aparece na abordagem de Novaes (1994), onde o autor observa na carência de experiência política, com que os deputados chegam a Câmara, um fator de concentração do poder nas mãos dos líderes e vice-líderes de bancada e um forte obstáculo para a promoção pessoal, política e material do parlamentar.

1.1 - Ingresso direto na Câmara por idade de entrada na vida política e por patrimônio

A idade de ingresso na vida política pode ser um indicador dos laços que ligam o candidato à política e tem relação com suas origens sociais e familiares.

Segundo Marengo dos Santos (2000), o *início precoce*, e a continuidade posterior, sugerem a afinidade eletiva do candidato e sua disposição vocacional para entregar-se à política, fazendo dela seu projeto de vida. A *entrada tardia*, por sua vez, sugere uma inclinação contingente, uma incursão eventual, seja para a realização de um fim derivado da posição sócio-econômica privada, seja como corolário de uma vida profissional bem sucedida. (Marengo dos Santos, 2000: 85 a 86)

Os indivíduos que ingressam na política em idade precoce tenderiam a ter maior dedicação à atividade política profissional quer como decorrência do exercício de atividades profissionais afins, dependentes ou relacionadas com o jogo político, quer como decorrência do desenvolvimento de atividades partidárias, aspectos que já haviam sido apontados por Weber (1993) e Michels (1982).⁽¹⁸⁾

¹⁸ - Weber (1993), por exemplo, chamou a atenção para a congruência entre as atividades de advogado e jornalista e o desenvolvimento da atividade política. Atualmente, as atividades que

Outro aspecto que também pode se relacionar com o ingresso precoce na vida política refere-se ao processo de expansão de partidos já existentes ou de alterações mais profundas no quadro partidário, como as que podem vir de mudanças institucionais mais amplas (substituição de regimes autoritários por regimes democráticos, por exemplo; ou *vice-versa*). A hipótese aqui seria de que o aparecimento de novas formações partidárias amplia as oportunidades de entrada na política de candidatos mais jovens.

Um exemplo pode ser encontrado para o caso do PCB em seu curto período de legalidade (1945-1948). Conforme Fleischer (1981), o PCB elegeu 46 dos 855 deputados estaduais em 15 dos 20 estados brasileiros indicando que estava em vias de se tornar um partido de âmbito nacional, pois já era a quarta força eleitoral do país, depois do PSD, UDN e PTB. Os deputados do PCB entraram para a política e para a Câmara em idade muito jovem, a mais jovem entre todos os partidos, tendo ocupado posições de liderança na hierarquia do partido. O fato de se tratar de um partido de esquerda abriu possibilidades para uma nova geração e para pessoas vindas de estratos sociais mais baixos, de fora das elites políticas tradicionais.

O raciocínio, no entanto, parece não se estender aos partidos formados por quadros parlamentares (Nicolau,1995), pois essas agremiações têm como base de sua formação o recrutamento de políticos e lideranças provenientes de outros partidos políticos e, portanto, com idades mais maduras. Exemplos de partidos com origem em quadros parlamentares, segundo Nicolau (1995), podem ser percebidos a partir do PMDB ou do PDS, cujas figuras de

propiciam o desenvolvimento da oratória e maior flexibilidade de tempo para a dedicação à política são designadas de *talking professions* e incluem além dos advogados e jornalistas, professores, padres, pastores e administradores públicos. Por outro lado, Michels (1982) apontou para a especialização da atividade política, para o processo de centralização de decisões nas mãos dos líderes de partido e para a oligarquização partidária, no sentido de que o acesso aos canais de representação, como correlato do processo de especialização e centralização, passa a se restringir a indivíduos preparados para o exercício da política profissional.

destaque haviam participado do regime bipartidário e advinham das legendas do MDB e da ARENA.

O critério para se definir o que pode ser considerado por *idade precoce* ou *idade tardia* de ingresso no meio político é relativamente arbitrário. No caso dessa dissertação, foi considerada, como referência para se definir a *idade precoce* e a *idade tardia* de ingresso no meio político, a média de idade de ingresso dos deputados no período 1945-1998, a partir dos dados apresentados por Fleischer (1981) e Marengo dos Santos (2000)

Fleischer (1981) aponta que os deputados federais do período 1945 a 1965 apresentam a idade de 31,8 anos como a média geral de idade de ingresso na vida política. Marengo dos Santos (2000), por sua vez, indica, para o período de 1946 a 1998, que a idade em que os parlamentares obtiveram seu primeiro cargo eletivo se concentrou na faixa de trinta a quarenta anos.

Assim, pode-se entender como *ingresso precoce* na vida política a obtenção do primeiro cargo eletivo até os 30 anos, enquanto o *ingresso tardio* no campo político se daria acima dos quarenta anos de idade.

A classificação dos 206 parlamentares do grupo empresarial a partir das três faixas etárias de ingresso na política (até 30 anos, de 31 a 40 anos e acima de 40 anos) indica que 42% dos empresários iniciaram sua carreira política com idade superior aos 40 anos; 37%, entre os 31 e 40 anos, enquanto os empresários que ingressaram mais jovens no campo político representam 21%.⁽¹⁹⁾

Considerando, exclusivamente, o grupo dos empresários que ingressaram no meio político *diretamente* pela Câmara dos Deputados, é notável que 64% dos 102 empresários fizeram seu ingresso na política, pela Câmara, após os 40 anos de idade (Quadro XX).

¹⁹ - As porcentagens foram calculadas sobre um "N" de 206 e não 207, porque não foi obtida a idade de ingresso na política de um empresário.

Quadro XX – Idade de ingresso na vida política dos empresários que se elegeram direto para a Câmara dos Deputados

Idade de ingresso na vida política	Empresários que ingressaram direto na CD (n = 102)
Até 30 anos	8,0
De 31 a 40 anos	28,0
Acima de 40 anos	64,0
Total (%)	100,0

1.2 - Idade de ingresso na vida política e patrimônio

O cruzamento da idade do ingresso direto na CD pelo patrimônio, fornece uma indicação sobre um dos fatores que podem aumentar as chances dos empresários de iniciarem a vida política a partir da conquista de uma cadeira no Legislativo.

Foram obtidas 82% das declarações de bens dos 102 empresários que ingressaram no campo político pela CD: 84 declarações de bens.

Entre os empresários que se elegeram diretamente para a Câmara após os 40 anos, 42% deles possui médio-alto patrimônio, e 34%, alto patrimônio. Os dados sugerem que a posse de um patrimônio mais elevado por parte dos empresários que ingressam na política com mais de 40 anos aumenta as suas chances de iniciar a carreira obtendo êxito no Legislativo. Já, entre os empresários que ingressaram jovens e diretamente na Câmara, não há nenhum parlamentar com alto patrimônio, embora 67% desses empresários possuem médio-alto patrimônio (Quadro XXI), o que, enfim, não anula uma possível influência do patrimônio em suas possibilidades de acesso à Câmara dos Deputados.

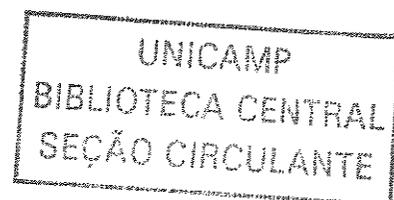
**Quadro XXI – Empresários que ingressaram diretamente na CD:
Idade de ingresso na vida política por Patrimônio**

Idade de ingresso na política	n	%	Patrimônio			
			Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto
Até 30 anos	6	100,0	17,0	16,0	67,0	-
De 31 a 40 anos	23	100,0	9,0	17,0	39,0	35,0
Acima de 40 anos	55	100,0	4,0	20,0	42,0	34,0

Mas a influência do patrimônio mais elevado sobre as oportunidades de êxito dos empresários na política não deve ser superestimada e confundida como único fator interveniente, porque as declarações de bens se referem ao ano de 1997 e 67% dos empresários que ingressaram diretamente na CD possuem mais de uma legislatura. Logo, o patrimônio declarado em 1997 pode ter sofrido um crescimento resultante do desenvolvimento da própria atividade política.

Outra razão para não se superestimar a influência do patrimônio mais alto sobre o ingresso direto na Câmara resulta da análise do patrimônio dos empresários ingressantes na Câmara em 1998. A suposição é que a declaração de bens desses empresários, entregue em 1998, estaria isenta da possível influência gerada pelo desenvolvimento da atividade política, sendo o patrimônio considerado como uma espécie de recurso de ascensão dos empresários no campo político.

A análise das declarações de bens dos 28 empresários que ingressaram diretamente na CD em 1998, indica que 21% desses parlamentares estão na faixa de alto patrimônio e, 43%, na de médio alto-patrimônio (Quadro XXII). Do lado oposto, pouco mais de um terço dos empresários que ingressaram diretamente na CD em 1998 não possuía um patrimônio expressivo (menos de 500 mil), mas nem por isso, deixou de obter êxito eleitoral.



**Quadro XXII – Empresários que ingressaram diretamente na CD:
Idade de ingresso na vida política por Patrimônio**

Patrimônio	Empresários com ingresso direto na CD n = 28 *
Baixo	4,0
Médio-baixo	32,0
Médio-alto	43,0
Alto	21,0
n * =	28 100,0

* O número total de empresários que ingressaram sem experiência política progressiva em 1998 é de 34 casos, mas foram obtidas as declarações de bens apenas de 28.

Em síntese, a posse de um patrimônio mais elevado parece aumentar as chances dos empresários de ingressarem diretamente na Câmara, principalmente no caso dos empresários que fizeram seu ingresso no campo político após os 40 anos. Mas o alto patrimônio não deve ser considerado como o único recurso utilizado pelos empresários para entrarem na classe política ou para conseguirem conquistar diretamente uma cadeira no Legislativo, visto que esse “atalho” também foi percorrido por alguns empresários com baixo e médio-baixo patrimônio.⁽²⁰⁾

²⁰ - Os recursos utilizados pelos empresários para ingressar na vida política serão tratados mais especificamente no Capítulo VI.

2- Cargos eletivos e trajetória política dos empresários até a ascensão à Câmara dos Deputados

Entre os 105 empresários (51% , N = 207) que desenvolveram uma carreira política pregressa ao ingresso na Câmara dos Deputados, 58% foram deputados estaduais e, 50% foram prefeitos ou vice-prefeitos.

A proporção dos membros do grupo empresarial que foi deputado estadual (29%, n = 207) é próxima da proporção total dos parlamentares da CD (34%), que exerceram esse cargo eletivo. Entretanto, os *empresários* que foram prefeito ou vice-prefeito representam mais da metade de todos os *deputados federais* que passaram pelo executivo municipal: são 55 empresários-prefeitos ou vice num total de 96 em toda a CD (Tabela VII). O fato sugere, pelo menos para essa legislatura, que a atividade empresarial favorece na eleição para a prefeitura, talvez em razão de haver uma forte influência dos empresários na política local.

*Tabela VII – Cargos eletivos exercidos pelos empresários antes
de ingressarem na Câmara dos Deputados*

Cargo eletivo	Empresários que possuem carreira política n* = 105	Grupo empresarial n = 207	CD n = 513
Vereador	38,0	20,0	27,0
Deputado estadual	58,0	29,0	34,0
Prefeito ou vice	50,0	26,0	19,0
Governador ou vice	6,0	3,0	3,0
Senador	1,0	1,0	1,0
Total (%)	153,0	79,0	84,0

* O n é superior ao 100% porque alguns empresários ocuparam mais de um tipo de cargo eletivo. Para o grupo empresarial e para a CD, a soma não chega a 100% porque estão excluídos dos respectivos totais, os parlamentares que ingressaram diretamente na Câmara.

A análise dos deputados com atividades empresariais que ocuparam cargos executivos (prefeitos ou vice), incluindo os que exerceram a governança estadual antes do ingresso na CD, revela que esses empresários têm se mantido por maior tempo no Legislativo, o que vai de encontro ao pressuposto de que a Câmara dos Deputados não tem absorvido parlamentares com experiência política. A hipótese em questão é apresentada por Santos (2000) ao analisar os períodos 1946-67, 1967-87 e 1987-99, não constando os dados da presente legislatura.

Segundo Santos (2000), no período 1946-64 o Legislativo brasileiro possuía uma influência maior sobre a agenda do Executivo, o que estimulava os deputados federais dotados de experiência política relevante pré-Câmara a permanecer na arena legislativa. No atual período democrático (1987-99), o que se percebe é que a Câmara não possui a mesma influência sobre a agenda do Executivo e, conseqüentemente, não tem mantido os deputados que possuem experiência política relevante.

A premissa não implica, obviamente, que deputados que tenham exercido cargos executivos nos âmbitos municipal ou estadual não ingressem na CD, mas que “... os legisladores dotados de *expertise* política são também aqueles que mais rapidamente deixam o Legislativo, procurando espaços alternativos de exercício do poder” (Santos:2000, 114)

Nesta perspectiva, o cálculo individual do parlamentar sobre o poder decisório investido no mandato legislativo e sobre os custos para obter a reeleição pode delinear dois tipos de carreira política a serem seguidas:

i) em um primeiro tipo, os parlamentares adotam uma “trajetória ziguezague”, onde o “... Legislativo é apenas uma rota de passagem que é procurada pelos políticos tendo em vista cargos mais importantes. Eventualmente, os políticos deixam cargos no Executivo e retornam ao Legislativo como forma de se manter na carreira política” (Santos:2000, 107);

ii) um segundo tipo de carreira política baseia-se na intenção do parlamentar de obter maior poder decisório e ter baixos custos para a reeleição. Nesse caso, “.. não há por que, do ponto de vista do deputado, uma vez atingida a cadeira no Legislativo, tentar obter cargos em qualquer outra esfera. Os mandatos parlamentares não teriam a forma “ziguezague”, mas sim a de longa duração.” (Santos: 2000,107)

Entre os dois tipos de carreira política, os dados apresentados por Santos (2000) sugerem que, no último período democrático (1987-99), parcela significativa dos parlamentares com experiência política vem desenvolvendo o primeiro tipo de carreira e a Câmara tem sido utilizada como um ponto de passagem para a busca de novos postos eletivos.

Sobre a possível mudança nesse padrão de carreira política pode-se citar, de uma forma mais genérica, o trabalho de Pereira e Rennó (2001) que trata especificamente da questão da renovação parlamentar nas eleições de 1998, indicando que expressivo número de deputados buscou, na última eleição, a sua permanência na Câmara.

Baseados em uma amostra de 615 deputados, onde são incorporados os titulares, os deputados que ocuparam postos burocráticos mas concorreram à reeleição e os suplentes, e excluindo da amostra 131 (21,3%) que não concorreram à reeleição, e 38 (6,2%) que se candidataram a outros cargos eletivos, os autores chegam a um universo de 446 parlamentares que tentaram a reeleição, sendo que 65% deles (288) saíram vencedores.⁽²¹⁾

Em outras palavras, 72,5% dos 615 parlamentares que compõem a amostra organizada por Pereira e Rennó buscaram a sua permanência na

²¹ - Entre os 53 deputados excluídos, 33 foram eleitos prefeitos em 1996, dois eleitos vereadores, há oito deputados do Distrito Federal sobre os quais não havia informações, dois que foram indicados para o Tribunal de Constas, cinco que foram expulsos da Câmara e, finalmente, três que faleceram. (Pereira e Rennó, 2001:357)

Câmara, enquanto apenas 6,2% tentaram se candidatar a outros cargos eletivos.

Utilizando o raciocínio de Santos (2000) é possível dizer que, para 72,5% dos deputados da anterior composição da CD, os custos da reeleição se enquadravam dentro das suas expectativas de manter o poder de negociação e acesso a recursos políticos, consubstanciados no poder legislativo. Esses dois fatores, que, por sua vez, tiveram forte influência na determinação do êxito dos deputados reeleitos, pois, como indicam Pereira e Rennó (2001), a reeleição dos deputados em 1998 se baseou, em primeiro lugar, na estratégia realizada pelos parlamentares de obter visibilidade e recursos políticos a partir de posições hierárquicas nas comissões e nos partidos, e, em segundo lugar, no desenvolvimento de políticas voltadas à distribuição de benefícios locais (*pork barrel*). Em suma, fatores relacionados à maximização do poder de barganha e de implementação de políticas que pudessem resultar na manutenção e na ampliação das bases eleitorais dos deputados. ⁽²²⁾

No que toca especificamente aos empresários com exercício de cargos executivos (55 casos), uma aproximação da importância, que esse grupo atribui ao mandato parlamentar, pode ser obtida a partir do tipo de trajetória que desenvolveram *após o primeiro ingresso na CD* e a partir do número de legislaturas na Câmara.

A análise da trajetória política realizada após o ingresso na CD capta as possíveis idas e vindas a outros cargos eletivos, enquanto o número de

²² - Neste ponto há uma reavaliação da premissa de Samuels (2001), que aponta na variável *money*, ou seja no dinheiro gasto em campanha, fator determinante da reeleição. Segundo os cálculos de Samuels (2001), os deputados que tentaram a sua reeleição gastaram em média mais que os desafiantes. Mas Pereira e Rennó (2001), a partir do cálculo individual do gasto de campanha dos parlamentares reeleitos, indicam que os deputados reeleitos gastaram individualmente menos que a média calculada por Samuels, em razão de terem no *pork barrel* um recurso determinante para a sua reeleição. Destacam também a estratégia eleitoral dos deputados apoiados pelos governadores de dispersarem seus votos, quando não possuíam, em suas bases eleitorais, um desafiante de peso.

legislaturas, dos que se reelegeram, indica o seu tempo de permanência no Legislativo.

A trajetória política após o primeiro ingresso na CD indica que um pouco mais da metade (53%) dos empresários com passagem em cargos executivos tem buscado, com êxito, a permanência na Câmara, visto que não ocuparam outros cargos eletivos após ingressarem no Legislativo (Quadro XXIII) ⁽²³⁾. Do lado oposto, 16% dos empresários apresentam uma carreira do tipo “zigzague”. Estão incluídos nesse grupo parte dos ex-prefeitos, ex-governadores e seus respectivos “vices” que ingressaram na CD em 1998, pois antes do seu ingresso na Câmara ocuparam postos eletivos de deputado estadual e vereador, alternando o executivo municipal ou estadual com a passagem pela Câmara de Vereadores ou pela Assembléia Legislativa ⁽²⁴⁾.

Quadro XXIII – Tipo de trajetória política dos empresários que ocuparam cargos executivos após o primeiro exercício de mandato na Câmara dos Deputados

Tipo de trajetória	n = 55
Permanência na CD	53,0
Carreira “zigzague”	16,0
1º Mandato na CD (sem trajetória após o ingresso na CD)	31,0
n =	100,0

O número de legislaturas dos empresários (ex-administradores municipais e estaduais) que têm se mantido no Legislativo, por sua vez, aponta que dois terços do grupo se reelegeu pela primeira vez na última eleição, mas é

²³ - O Repertório Biográfico não traz informações sobre possíveis candidaturas desses empresários em outros postos eletivos, aponta simplesmente para a continuidade do exercício da carreira no Legislativo.

²⁴ - Sobre os 17 empresários vindos dos executivos e que estão em seu primeiro mandato na CD não foi possível detectar a trajetória, pois maiores informações sobre esse ponto teriam que ser obtidas a partir do exame das listas de candidatos para as eleições municipais de 2000.

significativa a proporção daqueles que possuem quatro ou mais legislaturas (14% - Quadro XXIV).

Quadro XXIV – Número de legislatura na CD dos empresários que ocuparam cargos executivos e que tem permanecido na CD

Legislaturas	n = 29
Duas	58,0
Três	28,0
Quatro ou mais	14,0

2.1 - Os cargos eletivos por Região

A análise regional dos tipos de cargos eletivos exercidos pelos empresários antes de ascenderem à Câmara, aponta, de forma geral, que o cargo de deputado estadual é, em praticamente todas as regiões, uma das vias mais utilizadas para se chegar à Câmara. Mas há algumas diferenças, interior de cada bancada regional, na forma de alocação dos cargos eletivos ocupados pelos empresários. Essas diferenças se relacionam com o tipo de atividade empresarial (urbana, rural ou mista).

Os empresários nordestinos com passagem pelas assembleias estaduais compõem a maior parcela (37%) dos empresários que possuem experiência política na região nordeste, seguidos pelos ex-prefeitos ou vice (28%). Perfil *interno e* cifras semelhantes se encontram na região Norte: os empresários que foram deputados estaduais são 31% da bancada empresarial da região Norte; e os que foram prefeitos ou vice, 24% (Tabela VIII).

Tabela VIII – Distribuição intra-regional dos Cargos eletivos exercidos pelos empresários antes do ingresso na CD

Cargos eletivos	Região				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. – Oeste
Vereador	10,0	21,0	22,0	29,0	13,0
Deputado estadual	31,0	37,0	23,0	29,0	13,0
Prefeito ou vice	24,0	28,0	23,0	39,0	13,0
Governador ou vice	-	3,0	3,0	-	-
Senador	-	-	-	3,0	-
n =	29	68	64	31	15

* Foram excluídos da base de cálculos os empresários que ingressaram direto na CD

A bancada empresarial da região Sul é a única que possui um empresário que exerceu o cargo de Senador e é a única a apresentar uma proporção interna de empresários, que foram prefeitos ou vice-prefeitos (39%), maior do que a proporção de ex-deputados estaduais e ex-vereadores (ambos, 29%). Já, as regiões Sudeste e Centro-Oeste possuem uma composição interna mais homogênea em relação à proporção de empresários que ocuparam os cargos de deputado estadual, prefeito ou vice, e vereador: respectivamente, 23%; 23% e 22% na região Sudeste, e uma cifra de 13% de empresários, com exercício desses três cargos eletivos, na região Centro-Oeste.

Essas diferenças, entre as regiões, na forma de exercício dos variados cargos eletivos antes da ascensão à CD se relacionam com os tipos de atividades realizadas pelos empresários. Os empresários urbanos têm um peso mais acentuado em todas as regiões, principalmente, nos cargos ligados às câmaras municipais. Mas na região Norte, entre os nove empresários que foram deputados estaduais, cinco são empresários urbanos e quatro, possuem atividades empresariais, o que aponta para um equilíbrio no exercício desse cargo eletivo. O mesmo equilíbrio é acompanhado na região Nordeste, para o caso dos empresários que foram prefeitos ou vice, ressaltando-se a presença dos empresários mistos: em 19 casos de prefeitos ou vice, seis possuem atividades rurais ou mistas. Já na região Sudeste, a participação dos empresários rurais e

mistos, no exercício do executivo municipal, se eleva de forma significativa: quase dois terços dos 15 ex-administradores municipais são empresários rurais (cinco casos) e mistos (quatro casos), o que sugere, que nas regiões Sudeste e Nordeste, parece haver uma maior vinculação entre o exercício do cargo executivo municipal e o desenvolvimento de atividades ligadas ao meio rural, principalmente, quando se trata de grandes empresários, pois dos sete empresários rurais e mistos que foram prefeitos ou vice na região Sudeste, sobre os quais foram obtidas as declarações de bens, dois possuem médio-alto patrimônio e cinco, alto patrimônio. Em relação aos empresários rurais e mistos da região Nordeste, foi indicado no capítulo III, que parcela significativa desses deputados pertence ao segmento dos grandes empresários.

3- O primeiro cargo eletivo dos empresários e sua trajetória política de acordo com a faixa etária de ingresso no campo político

A trajetória política empresarial, assim como a longevidade da carreira percorrida pelos empresários até a ascensão na Câmara dos Deputados, parece estar estreitamente relacionada com a idade em que os empresários iniciam a sua vida política ⁽²⁵⁾.

Empresários que obtêm o primeiro cargo eletivo em idade mais jovem, geralmente o fazem a partir de cargos nas câmaras municipais e ascendem à Câmara depois de um intervalo maior de estágio na vida política. Empresários que ingressam na política após os 40 anos, iniciam a sua carreira elegendo-se diretamente para a Câmara ou elegem-se para cargos hierarquicamente mais elevados como nas assembléias ou executivos

²⁵ - O ingresso no meio político está sendo entendido como a conquista do primeiro cargo eletivo, na condição de titular, para postos proporcionais.

municipais, percorrendo, nesse segundo caso, uma trajetória mais curta até a CD.

Mas é preciso se ater ao fato de que as diferenças nas trajetórias políticas empresariais, de acordo com a idade com que os empresários conquistam o seu primeiro cargo eletivo, parecem ser a expressão e não a explicação do êxito político empresarial, que parece estar relacionado aos recursos utilizados para o ingresso dos empresários no campo político.

3.1 - O 1º cargo eletivo dos empresários

Quando se considera o grupo empresarial como um todo (207 parlamentares) é notável que $\frac{3}{4}$ dos empresários que ingressaram na política após os 40 anos conquistaram de forma direta uma cadeira na Câmara (74,7%). Este índice se reduz para 18% entre os empresários que iniciam mais jovens a sua carreira política.

Do lado oposto, os mais jovens iniciam sua carreira a partir de um cargo na vereança: mais da metade dos jovens empresários (59%) iniciou sua trajetória política nas câmaras municipais, ao passo que este cargo eletivo foi a base da carreira de apenas 7% dos empresários com ingresso após os 40 anos.

Em relação aos executivos municipais se percebe um razoável equilíbrio dos empresários que iniciaram a carreira como prefeito ou vice nas faixas etárias dos 31 aos 40 anos (12%) e na faixa acima dos 40 anos de idade (10%) (Tabela IX).⁽²⁶⁾

²⁶ - É necessário destacar que a análise não dá ênfase à questão se é mais fácil iniciar a vida política pelos executivos municipais ou pela Câmara, pois a resposta para essa questão dependeria de se analisar a magnitude de cada município, os recursos colocados à disposição dos prefeitos ou vice e as razões que o levaram a se candidatar a um cargo na CD (manter-se na carreira porque foi alijado do poder municipal; a expectativa de obter um maior poder de manobra, devido ao fato de ter ocupado o executivo em um micro-município; etc). De forma mais específica, pode-se verificar pelos dados do tópico 2, desse capítulo, que os empresários que foram prefeitos ou vice tendem a se manter no Legislativo após o seu ingresso.

Tabela IX – 1º Cargo eletivo exercido pelos empresários por faixa etária

1º Cargo eletivo	Faixa etária		
	Até 30 anos n = 44	De 31 a 40 anos n = 75	Acima de 40 anos n = 87
CD direto	18,0	39,0	75,0
Vereador	59,0	28,0	7,0
Dep. estadual	14,0	21,0	8,0
Prefeito ou vice	7,0	12,0	10,0
Governador	2,0	-	-
Total (%)	100,0	100,0	100,0

Deixando de lado os empresários que ingressaram diretamente na Câmara e considerando, apenas como o primeiro cargo eletivo, os postos exercidos em outras esferas de poder, repete-se a tendência dos empresários mais jovens iniciarem a carreira política pelos cargos de vereador, sendo que 41% dos empresários com ingresso após os 40 anos ocuparam, como primeiro cargo político, o executivo municipal, como prefeito ou vice. Progressivamente, o índice dos empresários que conquistaram o primeiro cargo no executivo municipal eleva-se na medida em que se passa da faixa etária mais baixa de ingresso na política, para a faixa acima dos 40 anos: são 8% dos empresários com primeiro cargo como prefeito ou vice na faixa etária de até 30 anos; 20%, na faixa de 31 a 40 anos; e, 41%, na faixa acima de 40 anos (Tabela X).

Tabela X – 1º cargo eletivo obtido pelos empresários de acordo com a faixa etária

1º cargo eletivo	Até 30 anos n = 36	De 31 a 40 anos n = 46	Acima de 40 anos n = 22
Vereador	72,0	45,0	27,0
Deputado estadual	17,0	35,0	32,0
Prefeito ou vice	8,0	20,0	41,0
Governador	3,0	-	-
Total (%)	100,0	100,0	100,0

3.2 - A longevidade da carreira política até a CD

O intervalo necessário para os empresários percorrerem a carreira política, da obtenção do primeiro cargo eletivo até a ascensão à Câmara, parece também se diferenciar de acordo com a idade que os empresários iniciaram a sua carreira política.

Considerando o conjunto dos 105 empresários que possuem uma carreira política pregressa, nota-se que parcela significativa deles (42%) levou, como tempo necessário para a conquista de uma primeira cadeira na Câmara, o período de 5 a 10 anos. No intervalo mais curto de conquista de uma vaga na CD (até 4 anos), encontram-se 18% dos empresários, e no intervalo mais longo (acima de 15 anos), 29%.⁽²⁷⁾

Tabela XI – Tempo para conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo

Tempo	n = 105
Até 4 anos	18,0
De 5 a 10 anos	42,0
De 11 a 15 anos	11,0
Acima de 15 anos	29,0
Total (%)	100,0

O cruzamento do intervalo gasto para a conquista de uma cadeira na CD com a idade de ingresso na vida política revela que grande parcela dos empresários que ingressam no campo político após os 40 anos de idade levam de 4 anos (27%) a 10 anos (50%), no máximo, para ascenderem à Câmara (Tabela XII). Do lado oposto, os empresários com ingresso no meio político em idade mais jovem parecem necessitar de um intervalo maior para ascender ao Legislativo, visto que o maior contingente empresarial dessa faixa etária

²⁷ - Esses dois últimos índices representam uma inversão dos índices encontrados por Marenco dos Santos (2000) para o conjunto de deputados na Câmara com experiência política prévia a CD. Segundo os achados do autor, 31,3% dos deputados federais alcançaram uma vaga na Câmara até 4 anos após o primeiro cargo eletivo, enquanto, apenas 16,4% obtiveram a ascensão na CD depois de quinze anos da obtenção do primeiro cargo eletivo.

conquista uma cadeira na Câmara depois de 5 anos do ingresso na política (44%), e cerca de 1/3 dos empresários mais jovens levam mais de 15 anos de carreira política para alcançar uma cadeira na Câmara.

Tabela XII – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por faixa etária de ingresso na política

Intervalo	Intervalo de ascensão à CD		
	Até 30 anos n = 66	De 31 a 40 anos n = 46	Acima de 40 anos n = 22
Até 4 anos	14,0	17,0	27,0
De 5 a 10 anos	44,0	37,0	50,0
De 11 a 15 anos	11,0	13,0	5,0
Acima de 15 anos	31,0	33,0	18,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0

* Não foi obtida a idade de ingresso na política de um empresário

Os empresários que ingressam no campo política após os 40 anos e conquistam rapidamente uma cadeira na CD são, geralmente, os que iniciaram a carreira como deputados estaduais, possuindo, portanto, certa experiência na atividade legislativa. Os empresários que foram prefeitos ou vice e ingressaram na política após os 40 anos de idade, conquistam sua vaga na Câmara com um intervalo de 5 a 10 anos (Tabela XIII).

Tabela XIII – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por tipo de cargo ocupado

1º cargo eletivo	Intervalo para ascender à CD			
	Até 4 anos n = 19	De 5 a 10 anos n = 44	De 11 a 15 anos n = 12	Acima de 15 anos n = 30
Vereador	21,0	48,0	42,0	80,0
Deputado estadual	69,0	20,0	50,0	3,0
Prefeito ou vice	5,0	32,0	8,0	17,0
Governador ou vice	5,0	-	-	-
n =	100,0	100,0	100,0	100,0

Do lado oposto, entre os empresários que iniciam a carreira mais jovem e levam mais de 15 anos para obter uma vaga na CD encontram-se,

principalmente, aqueles que começaram sua trajetória pela vereança. O fato indica que os empresários com ingresso mais jovem na política e que começaram como vereadores demoram mais tempo para alcançar o cargo na Câmara porque necessitam de um tempo mais amplo para constituir os recursos necessários para a sua progressão na carreira: notoriedade pessoal, contingente eleitoral potencial, além de terem patrimônio mais baixo, conforme a indicação obtida a partir da dimensão patrimonial (Capítulo III). O fato aponta, para a necessidade de se abordar, de forma mais detida, os recursos utilizados pelos empresários para o ingresso no meio político e como esses recursos se relacionam com o tipo de trajetória política a ser desenvolvida pelos empresários e com as especificidades notadas até então no interior do grupo partidário: tipo de atividade exercida (rural, urbana ou mista), região, idade de ingresso no meio político e dimensão patrimonial.

4- Conclusão

A trajetória política empresarial foi abordada, nesse capítulo, a partir de dois enfoques: i) a análise dos empresários que ingressaram no meio político diretamente pela Câmara; e ii) a análise dos empresários que possuem experiência política pregressa antes da ascensão ao Legislativo.

A idade de obtenção do primeiro cargo eletivo, por parte dos empresários, se mostrou como variável importante para marcar a trajetória política empresarial. Dessa perspectiva, pode-se notar, entre os empresários que ingressaram diretamente na CD, que significativa parcela desses deputados se elegeram após os 40 anos de idade. Nessa faixa etária, merecem destaque os empresários com médio-alto e alto-patrimônio, o que sugere que o patrimônio

mais elevado aumenta as possibilidades de se chegar à Câmara sem a passagem por outros cargos eletivos. Mas, como foi ressaltado, o alto patrimônio não se constitui no único fator interveniente do sucesso eleitoral dos empresários, visto que 1/3 dos empresários, que fizeram seu ingresso direto na CD, possuía um patrimônio pouco expressivo (menos de 500 mil), o que aponta para a utilização de outros recursos políticos, como forma de sustentação eleitoral.

Quanto aos parlamentares com atividade política pregressa ao ingresso na Câmara, observou-se que os cargos eletivos mais ocupados por esses parlamentares foram o de deputado estadual e o de prefeito ou vice. Do ângulo regional, a região Nordeste e Sul apresentam as maiores proporções internas de ex-administradores municipais, destacando-se na região Nordeste (e aqui, se inclui a região Sudeste), os empresários que foram prefeitos ou vice e possuíam atividades rurais e mistas, enquanto na região Sul, destacam-se os empresários urbanos. Os empresários urbanos são, inclusive, com exceção a este caso e ao dos deputados estaduais da região Norte, maioria entre os empresários com experiência política pregressa, principalmente entre os que foram vereadores.

Outra indicação da diferença entre os empresários com experiência política pregressa, se refere ao primeiro cargo obtido e ao tempo de ascensão à Câmara. Novamente, a idade de ingresso no meio político tem peso significativo. Nota-se que os empresários que conquistaram seu primeiro cargo eletivo mais jovens (até 30 anos), geralmente, iniciaram a carreira pela vereança e a sua ascensão à CD ocorreu em um intervalo de tempo maior, possivelmente, por contarem com menos recursos políticos e materiais (notoriedade e capital). Já, os empresários que conquistaram seu primeiro cargo eletivo após os 40 anos, ou ocuparam diretamente uma vaga na Câmara, ou iniciaram sua carreira em postos, hierarquicamente, mais elevados como as assembleias estaduais ou os executivos municipais. O tempo de ascensão à

Câmara é, geralmente, mais curto, principalmente, no caso dos deputados estaduais, talvez em razão de já possuírem conhecimento do campo legislativo.

CAPÍTULO VI

OS RECURSOS PARA O INGRESSO NA VIDA POLÍTICA

Conforme foi observado no Capítulo III, os dados sobre os “recursos utilizados para o ingresso na vida política”, referem-se a uma adaptação de uma das variáveis do banco de dados de Leôncio Martins Rodrigues, denominada “*trunfos* para a entrada na classe política”.

A variável “recursos para o ingresso na vida política” é operacionalizada a partir da agregação dos “trunfos”, reunindo vários atributos que podem ser decorrentes da atividade partidária, ou advindos da vida privada, que somados resultam na formação de um “capital” por parte dos empresários capaz de converter esses atributos em êxito para o ingresso no campo político.

De modo geral, os recursos utilizados pelos empresários para o ingresso na vida política compreendem:

a) vínculos associativos junto a entidades de classe, dando-se ênfase à direção de associações ou sindicatos patronais;

- b) influência junto a setores da classe política, que pode ser evidenciada a partir da nomeação para cargos públicos ou de confiança;
- c) vínculos políticos familiares, considerando-se os casos de prestígio herdado a partir da ascendência familiar na vida política.
- d) atividade partidária;
- e) ocupação de cargo público ou semi-público, através de concurso, onde seja possível a obtenção de prestígio. Exemplos, médicos, professores ou mesmo o caso de notário;
- f) recursos diversos; ligados ao desenvolvimento de atividades profissionais ou associativas que tragam notoriedade e prestígio pessoal, como atividades em movimentos religiosos, direção de associações recreativas ou ocupações ligadas aos meios de comunicação, entre outras.

A operacionalização dos recursos para o ingresso na vida política nessa secção aborda a relação entre os variados tipos de recursos e o momento em que os empresários iniciam a sua carreira política. Em relação ao Capítulo III, onde os recursos foram tratados de forma restrita aos 158 empresários cujas declarações de bens foram obtidas, esse enfoque amplia a análise da utilização dos recursos de ingresso no campo político para a totalidade do grupo empresarial (n = 207).

A hipótese é que as formas específicas, em que se efetuam o ingresso e ascensão dos empresários no meio político, se relacionam com os recursos de que dispõe esses deputados para a entrada na classe política.

Neste sentido, o ingresso na política em idade mais elevada (acima de 40 anos) pode proporcionar recursos que possibilitem a progressão mais rápida dos empresários até a Câmara. Este fator, de forma genérica, associa-se à dimensão do empreendimento, aos vínculos criados juntos aos pares no meio sócio-profissional e às percepções distintas da atividade política por parte dos empresários, indicando, que não se referem, simplesmente, a uma inclinação contingente para o desenvolvimento da política. Em outras palavras, o pressuposto é de que as inclinações e os recursos para o ingresso dos empresários no meio político podem marcar trajetórias distintas

que, mecanicamente, não estariam associados aos efeitos negativos apontados para o recrutamento lateral. Haveria uma gama de fatores a contribuir para a consolidação das trajetórias políticas dos empresários, marcando a sua ascensão à CD.

Empresários podem se dedicar precocemente à atividade política em virtude de uma tradição político-familiar que os prepara para tal empreitada, mas também, dependendo do seu patrimônio, podem se lançar cedo na política por perceberem no ingresso no campo político a possibilidade de ascensão social e de manutenção de benefícios junto ao Estado. Do lado oposto, grandes empresários podem iniciar a carreira política tardiamente (após os 40 anos) motivados pela possibilidade de ampliar o seu prestígio e o status alcançados a partir de uma vida sócio-profissional bem sucedida, mas podem se lançar tardiamente por terem dedicado maior soma de tempo ao seu meio sócio-profissional e às atividades junto aos pares, o que por consequência, pode tornar a sua atuação reconhecida e legitimada como representativa dos interesses de seu segmento. Há ainda a possibilidade de pequenos empresários se lançarem tarde na vida política porque não conseguiram obter os recursos necessários para o ingresso em idade mais precoce.

Todas essas possibilidades, onde inclinações pessoais, recursos materiais e políticos se entrecruzam, podem ser captadas somente a partir da análise minuciosa da trajetória de cada empresário. A análise aqui proposta sugere, apenas, uma aproximação a essa gama de trajetórias políticas. Em outras palavras, ela enfoca, entre os empresários dessa legislatura da CD, ou seja, entre os que “chegaram lá”, como os recursos utilizados para a sua ascensão na classe política se vinculam com a idade de ingresso e com as diferenças de trajetórias políticas até a CD.

Assim, é possível perceber que os empresários que iniciam jovens a sua carreira política, principalmente, a partir do posto de vereador, se utilizam da atividade partidária, de recursos ligados à associações ou atividades profissionais que tragam notoriedade (recursos diversos) e da indicação para cargos públicos e vínculos familiares. A combinação desses dois últimos recursos foi responsável pelo ingresso direto dos jovens empresários para a CD (três casos em quatro).

Já entre os empresários com ingresso no meio político entre 31 e 40 anos, e acima dos 40 anos, destacam-se os recursos ligados à indicação política para cargos

públicos, aos vínculos familiares e à direção de sindicatos e associações patronais, que são responsáveis pelo início da carreira na Câmara desses empresários dessas duas faixas etárias. Entre os empresários que iniciam a carreira mais tarde, destaca-se também o ingresso direto na CD a partir de atividades ligadas aos meios de comunicação e atividades religiosos, principalmente, grandes empresários.

1 - Idade de ingresso na política e recursos utilizados para a entrada na classe política

De forma geral, a análise dos tipos de recursos utilizados pelos empresários de acordo com a idade de ingresso no meio político permite observar que *a indicação para cargos públicos e os vínculos políticos familiares têm expressivo peso entre as três faixas etárias em que os empresários iniciam a carreira política*. Esses dois recursos são predominantes no interior da faixa de ingresso de 31 a 40 anos. Respectivamente, 35% e 27%, dos empresários eleitos para o primeiro cargo eletivo na faixa de 31 a 40 anos foram beneficiados pela indicação para cargos públicos e vínculos políticos familiares, seguidos dos empresários, que conquistaram o primeiro cargo eletivo após os 40 anos, para em seguida figurarem os que iniciam a carreira em idade mais jovem (Tabela XIV). Particularmente, os vínculos familiares são um recurso importante para o ingresso dos empresários na política porque podem atuar isoladamente para a promoção pessoal dos postulantes a um cargo eletivo, ou porque se associam e fortalecem a constituição de outros tipos de recursos, como é o caso da indicação para cargos políticos. Entre os 45 empresários com vínculos políticos familiares, em 31% desses casos houve a associação dos vínculos familiares à indicação para cargos públicos.

Tabela XIV – Intervalo de conquista de uma vaga na CD após o 1º cargo eletivo por tipo de cargo ocupado

Trunfos	Faixa etária de ingresso na política		
	Até 30 anos n = 44	De 31 a 40 anos N = 75	Acima de 40 anos n = 87
Indicação para cargo público	25,0	35,0	29,0
Vínculos políticos familiares	18,0	27,0	19,0
Direção de associações ou sindicatos patronais	-	13,0	26,0
Atividade partidária	14,0	9,0	9,0
Propriedade de meios de comunicação	4,0	3,0	9,0
Prestígio pessoal	16,0	11,0	10,0
Atividades religiosas	2,0	3,0	6,0
Cargo público concursado	2,0	3,0	2,0
Não possui + sem informação	18,0	15,0	10,0
n =	129,0	119,0	120,0

Observando o interior de cada faixa etária, nota-se que a entrada na classe política dos empresários com ingresso até 30 anos se desenvolveu a partir da utilização, de um lado, da indicação para cargos públicos (25%) e dos vínculos familiares (18%), e de outro, do desenvolvimento de atividades partidárias (14%) e de recursos que lhes tragam notoriedade (22%), como as atividades ligadas a movimentos religiosos (2%), às associações esportivas (16%) ou aos meios de comunicações (4%). Esses recursos, que geram prestígio e popularidade, são utilizados, em grande parte, pelos empresários urbanos, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Na faixa entre os 31 e 40 anos, as atividades partidárias (9%) e os recursos que geram prestígio pessoal (11%) sofrem pequeno declínio e perdem parte de seu terreno para a indicação para cargos públicos (35%), para os vínculos familiares (27%) e para a direção de associações ou sindicatos patronais (13%).

Essa tendência também é acompanhada pelos empresários que iniciam a carreira após os 40 anos: a utilização da indicação para cargos públicos (29%) e dos vínculos familiares (19%) é levemente superior aos índices verificados entre os empresários com ingresso em idade mais jovem. Destaca-se também o crescimento dos grandes proprietários de meios de comunicação (9%) – rádio e TV – e de pessoas

destacadas de movimentos religiosos (6%), como o Bispo Rodrigues, do Rio de Janeiro, e o Bispo Wanderval, de São Paulo.

Outro aspecto que distancia os empresários que conquistaram o primeiro cargo eletivo após os 40 anos dos empresários que iniciaram, mais jovens, a sua carreira, diz respeito à direção de associações ou sindicatos patronais. Entre os empresários com ingresso após os 40 anos os sindicalistas patronais representam 26% do grupo, enquanto esse segmento inexistente entre os mais jovens (Tabela XV, *supra*).

A possível explicação é que a direção de associações ou sindicatos patronais requer maior dedicação à atividade empresarial e ao convívio com os pares, embora não seja descartado que empresários detentores de grandes empreendimentos aliem um início de carreira política na faixa dos 31 aos 40 anos com a dedicação à representação associativa dos interesses de seu segmento.

A indicação bastante clara, entre os sindicalistas patronais, é que há uma congruência entre a atividade sindical e um patrimônio mais elevado. Neste sentido, entre os dez diretores de sindicatos patronais que ingressaram na política entre 31 e 40 anos, foram obtidas as declarações de bens de sete deles, sendo que quatro possuem alto patrimônio (57%); dois, médio-alto patrimônio (29%), e um possui médio-baixo patrimônio. Já entre os 23 sindicalistas patronais que iniciam a carreira política após os 40 anos, foram obtidas 18 declarações bens, indicando que 44% desses empresários possuem alto-patrimônio; 39%, médio-alto, e 17%, possuem médio-baixo patrimônio.

Destacam-se entre os diretores de associações e sindicatos patronais que entram na classe política entre 31 e 40 anos, nomes como o de Maria Elvira, Diretora da Associação Comercial de Minas Gerais; Vittorio Mediolli, Diretor do Sindicato de Empresas de Transporte de Carga de Minas Gerais e Chiquinho Feitosa, Presidente do SINDIÔNIBUS, do Ceará. Já entre os sindicalistas patronais com ingresso após os 40 anos destacam-se Armando Monteiro, Presidente da FIEPE (Federação das Industrias de Pernambuco); Almir Sá, Presidente da Federação da Agricultura de Roraima, Emerson Kapaz, Vice-Presidente da CIESP (Centro das Industrias do Estado de São Paulo); Odelmo Leão, Vice-Presidente da FAEMG (Federação da Agricultura

do Estado de Minas Gerais); e Moreira Ferreira, destacada liderança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

2- Recursos de ingresso na política por Região

O cruzamento dos mecanismos de ingresso na política por região dá uma sugestão da forma diferenciada de como os empresários utilizam-se dos distintos tipos de recursos para sua ascensão no campo político (Tabela XV, *infra*).

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam um perfil próximo nos principais recursos utilizados. Pode-se notar que a indicação para cargo público (41% na região Norte, e 27%, na região Centro-Oeste), os vínculos políticos familiares (respectivamente, 17%; e, 27%) e os recursos diversos (17,2% e 26,7% respectivamente) são os principais mecanismos utilizados pelos empresários da região Norte e Centro-Oeste para a entrada na vida política, ressaltando que na região Norte a indicação para cargos públicos está associada aos recursos políticos familiares e entre os empresários com recursos diversos se encontram proprietários, sócio ou diretores de meios de comunicação (cinco casos) e um pastor. Na região Centro-Oeste há um equilíbrio entre os empresários rurais e urbanos que se beneficiaram dos principais recursos utilizados para a ascensão na política nessa região.

*Tabela XV – Recursos utilizados para o ingresso no meio político
Por Região*

Recursos	Região				
	Norte n = 29	Nordeste n = 68	Sudeste n = 64	Sul N = 31	C.-Oeste N = 15
Indicação para cargo público	41,0	25,0	31,0	29,0	27,0
Direção de associações ou sindicatos patronais	10,0	21,0	17,0	10,0	13,0
Vínculos políticos familiares	17,0	26,0	25,0	6,0	27,0
Atividade partidária	10,0	7,0	3,0	29,0	13,0
Prestígio pessoal	10,0	11,0	9,0	12,0	27,0
Propriedade de meios de comunicação	3,0	4,0	11,0	3,0	-
Atividades religiosas	3,0	-	7,0	6,0	-
Cargo público pro concurso	10,0	1,0	-	3,0	-
Não possui + sem informação	10,0	19,0	16,0	6,0	-
n =	114,0	114,0	119,0	104,0	107,0

A região Sul tem a maior proporção, entre todas as regiões, de empresários que se utilizaram do desenvolvimento de atividades partidárias (29%) (presidente, vice-presidente, secretário de diretórios, entre outros) como recurso de ingresso na política, juntamente com a indicação para cargos públicos e recursos que gerem maior popularidade, como prestígio pessoal (12%) e atividades religiosas (6%). A possível explicação para a maior utilização da atividade partidária e dos recursos ligados à popularidade se deve ao grande contingente de empresários urbanos (80,6%) e, a uma possível maior atividade associativa, nessa região.

A região Sudeste, por sua vez, também apresenta uma proporção expressiva de empresários, predominantemente urbanos, que se utilizaram do prestígio pessoal (9%) e atividades religiosas (7%). Mas, a indicação para cargos públicos (31%) e os vínculos políticos familiares (25%) representam os dois principais recursos dessa região, tendo um peso de mais de um terço dos empresários rurais e mistos como seus detentores. A direção de associações ou sindicatos patronais é o terceiro tipo de recurso utilizado pelos empresários da

região Sudeste (17%), tendo apenas a presença de um empresário rural e um empresário misto entre o grupo que iniciou a sua carreira política a partir das atividades sindicais patronais, o que não é uma surpresa, devido ao peso da atividade empresarial urbana na região Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, de onde provêm os sindicalistas patronais.

A região Nordeste apresenta, em comparação com a região Sudeste, uma proporção maior de sindicalistas patronais (21%). Ao lado dos vínculos políticos familiares (26%) e da indicação para cargos públicos (25%), a direção de associações ou sindicatos patronais é um importante recurso utilizado pelos empresários nordestinos para o ingresso na vida política.

A presença dos sindicalistas patronais entre os empresários nordestinos indica que o desenvolvimento da política na região Nordeste, apesar da forte presença dos empresários rurais e dos vínculos políticos familiares, não deve ser pensado sob uma idéia geral de um *poder tradicional* nos moldes indicados por Nunes Leal (1986) para o “*fenômeno coronelista*”, onde predominava o localismo e a ausência do poder público central.

Por outro lado, parece-me que a política nordestina não deve ser associada, simplesmente, a uma idéia de atraso, baseada no desenvolvimento da *política clientelista*, como a que se operou a partir de 1945, pois como havia indicado Campelo de Souza (1990), o fenômeno do clientelismo deve ser entendido no interior de um processo de institucionalização do sistema partidário, marcado pela concentração por parte do Estado e de suas agências burocráticas da principal arena decisória do processo de formulação de políticas públicas: a arena redistributiva, cujo impacto das decisões é altamente agregado, abrangendo vastas categorias sociais, o que teria, por sua vez, levado os partidos políticos a gravitarem em torno das arenas distributiva e regulatória, onde se transacionam interesses que tendem à divisibilidade e ao individualismo.

Desse prisma, parece que a influência do poder político familiar nordestino pode ser interpretada no interior de um processo de transformações ocorridas no País nas últimas décadas, onde o impacto da urbanização, da ampliação do eleitorado, da atuação dos meios de comunicação de massas e da nacionalização da competição político-partidária-eleitoral se fizeram sentir em todas as regiões, redimensionando o campo das disputas partidárias, pois, ao lado das famílias políticas tradicionais, surgiram novos atores políticos e novas formas de mediações junto aos distintos segmentos sociais como as organizações associativas corporativas, associações de bairro, movimentos religiosos e outros.

O resultado desse processo aponta para uma readaptação dos grupos familiares com o objetivo da manutenção do poder, no sentido de que essa readaptação envolve além da compra de grupos de comunicação – rádio, TV e jornal – a diversificação das atividades empresariais nos meios rurais e urbanos (os empresários mistos) e o patrocínio de atividades voltadas para a obtenção de projeção política como a direção de clubes de futebol (O Estado de São Paulo, 21/10/2001, pp, A10 e A11).⁽²⁸⁾

²⁸ - O artigo de O Estado de São Paulo em questão se refere aos grandes clãs que ocupam ou ocuparam recentemente o poder executivo nos estados nordestinos ou se erigiram como grandes representantes destes estados no cenário político nacional. Parece-me que não é incorreto pensar que a variável vínculos políticos familiares, embora em alguns casos trate de nomes de menor envergadura, procura descrever a influência familiar como recurso de ingresso na política e na Câmara. Já em relação à aquisição ou participação em meios de comunicação de massa – jornal, rádio, TV – esse processo, conforme observado pelas declarações de bens, não se restringe apenas aos empresários, mas a um expressivo contingente dos parlamentares dessa 51ª legislatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa dissertação teve como tema a análise do grupo empresarial na 51ª legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2003).

Como foi observado, tem havido um processo de ascensão da participação empresarial na Câmara dos Deputados, a partir do segundo período democrático (1987-2001).

A hipótese principal dessa dissertação é que os empresários se diferenciam dos demais segmentos sócio-profissionais existentes na Câmara, no que diz respeito ao tipo de carreira política exercida pelo grupo empresarial até a ascensão à CD (carreira política mais curta), e aos recursos utilizados para o ingresso na vida política. Mas, como se sabe, o grupo empresarial não é um grupo homogêneo. Por essa razão, foram abordadas as distinções internas do grupo empresarial, destacando-se duas principais variáveis: uma, que se relaciona com o tipo de atividade empresarial (urbana, rural ou mista) e outra, que se relaciona com o Estado de onde provem o parlamentar, o que introduz, na análise, o fator regional.

Na verdade, esse ponto vincula-se com as diferenças na composição social das bancadas tais como a dimensão patrimonial dos empresários; com a idade de ingresso no meio político; os tipos de trajetórias seguidas até a ascensão à CD e com os recursos utilizados para o ingresso e progressão na carreira política empresarial.

A dimensão patrimonial

Do ângulo da dimensão patrimonial, podem ser notadas importantes diferenças entre os pequenos, médios e os grandes empresários. Essas diferenças são marcadas pelos índices de escolaridade e de localismo no recrutamento dos empresários. Dessa forma, os pequenos empresários apresentam, em geral, baixos níveis de escolaridade, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, e acolhem muitos forasteiros, visto que essas regiões elegeram mais da metade de seus empresários provenientes de outros estados. Já entre os médios e os grandes empresários, a escolaridade é elevada, e, entre os *grandes empresários rurais* da região Nordeste, os índices de localismo também são elevados, o que indica um recrutamento junto a setores da elite.

A idade de ingresso no meio político e as trajetórias até a CD

Considerando a idade em que os empresários conquistaram o seu primeiro cargo eletivo pode-se notar, que os empresários com ingresso após os 40 anos, fizeram a sua estréia diretamente na CD, destacando-se os que possuíam médio-alto e alto-patrimônio, o que sugere que o patrimônio mais elevado aumenta as possibilidades de se chegar à Câmara sem a passagem por outros cargos eletivos.

Quanto aos parlamentares com atividade política pregressa ao ingresso na Câmara, observou-se que os cargos eletivos mais ocupados por esses parlamentares foram o de deputado estadual e o de prefeito ou vice. Do ângulo regional, a região Nordeste e Sul apresentam as maiores proporções internas de ex-administradores municipais, destacando-se na região Nordeste (e aqui, se inclui a região Sudeste), os empresários que foram prefeitos ou vice e possuíam atividades rurais e mistas, enquanto na região Sul, destacam-se os

empresários urbanos. Os empresários urbanos são, inclusive, com exceção a este caso e ao dos deputados estaduais da região Norte, maioria entre os empresários com atividade política progressa, principalmente entre os que foram vereadores.

Outra indicação da diferença entre os empresários com experiência política progressa, se refere ao primeiro cargo obtido e ao tempo de ascensão à Câmara. Novamente, a idade de ingresso no meio político tem peso significativo. Nota-se que os empresários que conquistaram seu primeiro cargo eletivo mais jovens (até 30 anos), geralmente, iniciaram a carreira pela vereança e a sua ascensão à CD ocorreu em um intervalo de tempo maior, possivelmente, por contarem com menos recursos políticos e materiais (notoriedade e capital). Já, os empresários que conquistaram seu primeiro cargo eletivo após os 40 anos, ou ocuparam diretamente uma vaga na Câmara, ou iniciaram sua carreira em postos, hierarquicamente, mais elevados como as assembleias estaduais ou os executivos municipais. O tempo de ascensão à Câmara é, geralmente, mais curto, principalmente, no caso dos deputados estaduais, talvez em razão de já possuírem conhecimento do campo legislativo.

Os recursos para o ingresso no meio político

As diferenças nas trajetórias políticas dos empresários, de acordo com a idade em que conquistam o primeiro cargo eletivo, ou seja, ingressam no meio político, parece relacionar-se com os recursos que dispõe. Entre os empresários com ingresso após os 40, destaca-se a utilização de recursos advindos de vínculos familiares, indicação política e principalmente da direção de associações ou sindicatos patronais. Particularmente, este último recurso relaciona-se com a posse de um patrimônio elevado e permite o ingresso direto na Câmara. Entre os empresários que iniciam a carreira mais jovem, destacam-se as atividades partidárias e os recursos ligados à popularização da

imagem, como o prestígio pessoal e atividades associativas em movimentos religiosos, além dos vínculos familiares e da indicação para cargos públicos. Estes dois últimos recursos são os únicos que possibilitaram para esse segmento um ingresso direto na Câmara.

Os vínculos Partidários

A análise da composição empresarial no interior dos quatro partidos que possuem a maior proporção de empresários em sua bancada (PPB, PFL, PMDB e PSDB), revelou dois aspectos importantes: Primeiro, que a presença empresarial aparece de forma regionalmente concentrada, de acordo com a agremiação partidária. Assim sendo, os empresários têm peso acentuado sobre o número de deputados federais eleitos pelo PFL nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No PPB, representam $\frac{3}{4}$ da composição parlamentar desse partido nas regiões Sul e Centro-Oeste e a quase totalidade da bancada pepebista na região Norte (89%). Mas, na região Sudeste a proporção de empresários é bem menor, indicando um recrutamento mais diversificado do PPB nessa região.

O PMDB e o PSDB possuem uma proporção próxima de deputados-empresários em duas regiões bem diferenciadas: Nordeste e Sudeste, apresentando uma forte discrepância na região Norte, onde 60% da bancada do PMDB é formada por empresários contra 15% da bancada do PSDB.

O segundo aspecto, revela que a eleição dos empresários, em 1998, parece ter desempenhado importante papel no processo de ampliação da representação parlamentar do PFL na região Sudeste; do PPB, na região Sul; do PSDB, nas regiões Nordeste e Sudeste, e na manutenção das bancadas peemedebista e peefelista na região Nordeste, e das bancadas do PPB e do PMDB na região Norte.

No que toca aos vínculos entre os empresários e suas respectivas agremiações partidárias, a análise dos empresários ingressantes na CD em 1998, revelou que segmento representativo desses empresários possuía filiação única ao partido pelo qual foi eleito, tendo razoável tempo de admissão e desenvolvido algum tipo de atividade no interior da organização, como presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro ou membro de diretório ou secretaria do partido, nos âmbitos municipal, estadual ou nacional.

Bibliografia

Benevides, Maria Vitória de M., 1981. “A União Democrática Nacional”, in: Fleischer, David V. (org), *Os Partidos Políticos no Brasil, Vol. I*, Brasília, Universidade de Brasília, Cadernos UNB.

Benevides, Maria Vitória de M., 1989. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo, 1945-1964*, São Paulo, Brasiliense.

Cardoso, Fernando Henrique, 1983. “O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro”, in: *Dados*, Vol. 26, nº. 1, Rio de Janeiro.

Cardoso, Fernando Henrique, 1975. “Partidos e Deputados em São Paulo: O Voto e a Representação Política”, in: Lamounier, Bolívar e Cardoso, Fernando Henrique (Orgs.), *Os Partidos e as Eleições No Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

Cheibub, Zairo B, 1995. “Valores e Opiniões da Elite: Notas sobre Padrões de Apoio a Políticas Sociais”, in: *Dados*, Vol. 38, nº. 1, Rio de Janeiro.

Coelho, Ricardo Corrêa, 1999. *Partidos Políticos, Maioria Parlamentares e Tomada de Decisão na Constituinte*, São Paulo, tese de doutorado apresentada no Departamento de Ciência Política da FFLCH da Universidade de São Paulo.

Coutinho de Lima, Marcelo de Oliveira, 1996. “Volatilidade Eleitoral em São Paulo, 1985-92”, in: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 46, São Paulo.

Diniz, Eli e Boschi, Renato, 2000. “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas”, in: Boschi, Renato, Diniz, Eli e Santos, Fabiano (Org.s), *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Konrad Adenauer Stiftung.

Fleischer, David V., 1981. “Dimensões do Recrutamento Partidário”, in: Fleischer, David V. (org.), *Os Partidos Políticos no Brasil*, Vol. I, Brasília, Universidade de Brasília, Cadernos UNB.

Kinzo, Maria D’alva Gil, 1990. “O quadro partidário e a constituinte”, in: Lamounier, Bolívar, *De Geisel a Collor: o balanço do poder*, São Paulo, Idesp, Ed. Sumaré.

Kinzo, Maria D’alva Gil, 1993. Radiografia do quadro partidário brasileiro, São Paulo, Ed. Konrad Adenauer Stiftung.

Lemos, Leany Barreiro S., 2001. “O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista”, in: *Dados*, Vol. 44, nº 3, Rio de Janeiro.

Lima, Maria Regina S. e Boschi, 1995. “Democracia e Reforma Econômica: A Visão das Elites Brasileiras”, in: *Dados*, Vol. 38, nº. 1, Rio de Janeiro.

Lima Jr., Olavo Brasil de, 1993. “A Reforma das Instituições Políticas: A Experiência Brasileira e o Aperfeiçoamento Democrático”, in: *Dados*, Vol. 36, nº 1, Rio de Janeiro.

Limongi, Fernando e Figueiredo, Argelina Cheibub, 1995. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”, in: *Dados*, Vol. 38, nº 3, Rio de Janeiro.

Mainwaring, Scott, 1991. “Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil Numa Perspectiva Comparativa”, in: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 29, São Paulo.

Marenco dos Santos, André, 2000. *Não se fazem mais Oligarquias como Antigamente: Recrutamento Parlamentar, Experiência Política e Vínculos Partidários entre Deputados Brasileiros (1946-1998)*, Porto Alegre, tese de doutorado apresentada no PPG de Ciência Política da UFRS.

Marenco dos Santos, André, 2001. “Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil: Tendências e Descompasos”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, nº 45, fevereiro.

Michels, Robert, 1982. *Sociologia dos Partidos Políticos*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

Moisés, José Alvaro, 1990. “Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidades”, in: *Lua Nova*, nº 22, pp. 133 a 187

Nicolau, Jairo, 1995. *O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94): Um Estudo Sobre as Razões da Fragmentação*, tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Nicolau, Jairo, 2000. “Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)”, in: *DADOS*, Vol. 43, nº 4, Rio de Janeiro.

Novaes, Carlos Alberto Marques, 1994. “Dinâmica Institucional da representação: Individualismo e Partidos na Câmara dos Deputados, in: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 38, São Paulo.

Panebianco, Ângelo, 1990. *Modelos de Partido*. Madri, Alianza Editorial.

Reis, Elisa P. e Cheibub, Zairo B., 1995. “Valores Políticos das Elites e Consolidação Democrática”, in: *Dados*, Vol. 38, nº. 1, Rio de Janeiro.

Rodrigues, Leôncio Martins, 1987. *Quem é quem na Constituinte: Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*, São Paulo, Oesp-Maltese.

Rodrigues, Leôncio Martins, 1990. “A composição social das lideranças do PT”, págs. 7-34 e, “O Sindicalismo corporativo no Brasil”, págs.46-77, in: *Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política*, São Paulo, Ed. Ática.

Rodrigues, Leôncio Martins, 1995. “As Eleições de 1994: Uma Apreciação Geral”, ind: *Dados*, Vol.38, nº 1, Rio de Janeiro.

Rodrigues, Leôncio Martins, 1996. “A Modernização das Relações do Trabalho: A Questão do Corporativismo”, in: *Documentos Debates*, nº 4, São Paulo, CNI.

Rodrigues, Leôncio Martins, 2001. *Direita, Centro e Esquerda: Partidos, Ideologia e Composição Social*, texto apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, 16 a 20 de outubro, Caxambu-MG. (mimeo)

Samuels, David. 1997, “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”, in: *Dados*, Vol. 40, nº 3, Rio de Janeiro.

Santos, Fabiano, 2000. “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99”, in: Boschi, Renato, Diniz, Eli e Santos, Fabiano (Org.s), *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Konrad Adenauer Stiftung.

Soares, Gláucio A. Dillon, 1974. *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difel.

Weber, Max, 1993. “A Política como Vocação”, in: *Ciência e Política: duas vocações*, São Paulo, Ed. Cultrix.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE